

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIA FERREIRA DA CUNHA

**O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA:
ESPAÇO, PAPÉIS, TENSÕES E PERSPECTIVAS**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Julia Ferreira da Cunha

Título do trabalho: O psicopedagogo na escola: espaço, papéis, tensões e perspectiva

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIA FERREIRA DA CUNHA, Discente**, em 27/09/2021, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

informando o código verificador **2374181** e o código CRC **5A5B0389**.

Referência: Processo nº 23070.025397/2021-57

SEI nº 2374181

JULIA FERREIRA DA CUNHA

**O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA: ESPAÇO, PAPÉIS, TENSÕES E
PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada como requisito para aprovação no TCC 2 e obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Professor Doutor João Ferreira de Oliveira.

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cunha, Julia Ferreira da

O psicopedagogo na escola [manuscrito] : espaço, papéis, tensões e perspectivas / Julia Ferreira da Cunha. - 2021.

xcvi, 96 f.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Psicopedagogia. 2. Psicopedagogo. 3. Dificuldades de aprendizagem. I. Oliveira, João Ferreira de , orient. II. Título.

CDU 376



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **O psicopedagogo na escola: espaço, papéis, tensões e perspectivas**, de autoria de Julia Ferreira da Cunha, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os trabalhos foram instalados pelo Professor Doutor João Ferreira de Oliveira - orientador, da Faculdade de Educação/UFG, contando, como membro da Banca Examinadora, com Danielle Araújo Ferreira Marques, doutoranda em educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 9,0 (nove), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 24/09/2021, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE ARAUJO FERREIRA MARQUES, Usuário Externo**, em 24/09/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2369963** e o código CRC **82B374E0**.

*Aos meus pais Luiz Antônio e Marlei,
Que sempre me encorajam e me apoiam através
do afeto e do amor
Obrigada por tanto!*

*À minha querida irmã Luiza,
A que devo todo o meu carinho
Por estar presente vibrando em todas as
vitórias!*

*Ao meu amado irmão Henrique (In memoriam),
Obrigada por estar cuidando de mim no céu
A você dedico esta graduação
Por eu nunca desistir e seguir sempre em frente
Você sempre acreditou em mim
Saudades eternas!*

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, pois através da fé em Deus pude seguir em frente e nunca desistir. Obrigada Deus, por secar minhas lágrimas em meio a tempos difíceis. À Ti meu eterno agradecimento.

Aos meus pais maravilhosos Luiz Antônio e Marlei, por estarem comigo a todo instante, sempre otimistas e confiantes. Obrigada por me ajudarem no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pela educação que me deram ao longo da vida, por estarem sempre ao meu lado, mesmo nos momentos difíceis. A vocês devo todo o meu amor.

À minha doce irmã Luiza, que me ajudou sempre que eu abaixava a cabeça achando que não iria conseguir. Obrigada por todas as caronas para me deixar na FE/UFG, pelos conselhos e lágrimas durante o percurso. Agradeço por estar sempre ao meu lado, me incentivando a alçar grandes voos.

Ao meu querido irmão Henrique (*in memoriam*), esta graduação é para você “meu eterno anjinho”, que sempre acreditou e confiou em mim. Obrigada por ser meu incentivador diário. Mesmo distante fisicamente, sinto sua presença amorosa todos os dias. Agradeço por você me ensinar tanto.

Ao meu namorado Winicius, por sempre confiar na minha capacidade de conseguir redigir esta pesquisa, me colocando sempre para cima. Obrigada por ser meu parceiro de vida.

À Universidade Federal de Goiás, que sempre me acolheu e esteve nos meus melhores momentos. Obrigada a todos os funcionários e servidores que deram um sorriso e um ombro amigo.

Aos meus professores da Faculdade de Educação (FE/UFG), obrigada por serem acolhedores, estando sempre dispostos a me ajudarem no que for preciso.

Ao meu orientador de TCC: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira, por contribuir efetivamente nesta disciplina, sempre ajudando e acrescentando no que fosse necessário. Obrigada pelo seu otimismo e por acreditar em mim.

À minha orientadora do Programa de Monitoria: Prof. Dr. Miriam Fábila Alves, obrigada por sempre me encorajar e me colocar para cima desde o início quando nos conhecemos. Sou grata por ser sua monitora este semestre.

A minha avó, que esteve presente durante a minha produção do TCC 2, contribuindo com sua doçura e afeto para que eu não abaixasse a cabeça.

Aos meus parentes, familiares e amigos, por estarem comigo me apoiando. Especialmente à minha querida tia Mirley, que sempre me apoiou e vibrou com a minha aprovação do vestibular.

Ao meu tio Wagner, que sempre me ajudou financeiramente nos estudos, para que eu conseguisse entrar na UFG.

As minhas colegas de caminhada e profissão docente, parceiras de luta e resistência. Vamos seguindo a favor da Educação.

Ao meu estágio não-obrigatório no Colégio Fundação Bradesco – Aparecida de Goiânia, no qual passei a metade do curso de Pedagogia vivendo experiências únicas. Como amadureci e aprendi nesta grande instituição de ensino.

Aos meus colegas de turma, por estarem apoiando uns aos outros.

Às psicopedagogas que se dispuseram a serem sujeitos desta pesquisa, promovendo um olhar de afetividade frente ao processo educativo, dentro da perspectiva psicopedagógica. Agradeço por disporem de seu tempo e atenção.

À banca examinadora, pela contribuição e desenvolvimento desta pesquisa.

Ao mestre Paulo Freire, que desenvolveu seu método através da Pedagogia do Amor. Como é bom ter o privilégio de educar outro ser por meio do amor, do afeto e do carinho.

A todos os professores do Brasil e do mundo, que lutam diariamente por condições mínimas de trabalho, visando por um mundo melhor e mais humano, que valorize a educação primeiramente. Vocês são símbolos de luta e representatividade na Educação.

“A educação é o desenvolvimento no homem de toda a perfeição de que sua natureza é capaz.”

Immanuel Kant

RESUMO

Esta monografia, intitulada “O psicopedagogo na escola: espaço, papéis, tensões e perspectivas”, tem como objeto de estudo o psicopedagogo no contexto escolar, sendo realizada no curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo da pesquisa foi analisar o psicopedagogo na escola, observando seu espaço de atuação, papel social e profissional, bem como as tensões e perspectivas presentes no campo da Psicopedagogia, entendendo este profissional como mediador no processo de dificuldades de aprendizagem. A metodologia incluiu a realização de pesquisa documental, bibliográfica e empírica, adotando-se uma abordagem qualitativa no tratamento e análise de dados. A pesquisa empírica foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada junto a cinco psicopedagogas, sendo três Psicopedagogas Institucionais e duas Psicopedagogas Clínicas. As entrevistas ocorreram no primeiro semestre do ano de 2021. Os sujeitos entrevistados desta monografia contribuíram efetivamente para o resultado e construção deste trabalho, sendo essenciais para delinear e fundamentar esta pesquisa. A fundamentação teórica se deu, sobretudo, a partir da autora Nádya Bossa e seus comentadores, que discutem e analisam o processo de desenvolvimento da Psicopedagogia, campo de atuação ainda em construção no Brasil. Bossa analisa as dificuldades de aprendizagem dentro da perspectiva psicopedagógica, mostrando a relevância social, moral, afetiva e científica deste profissional, o psicopedagogo. A fundamentação teórica também ocorreu a partir de diversos autores da base de dados da SciELO, da PePSIC e da Revista Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia. As análises produzidas conduziram um olhar crítico e reflexivo frente ao processo de aprendizagem, dentro da perspectiva psicopedagógica. Adentramos em aspectos legais, nos processos de regulamentação da profissão do psicopedagogo em curso, especialmente no Poder Legislativo. Como resultado, percebemos a falta de um profissional que atue diretamente nas dificuldades de aprendizagem dentro das escolas, contribuindo na diminuição da evasão e do fracasso escolar. O psicopedagogo orienta e dialoga com a família, a escola, os professores e o próprio aluno, sujeito deste processo. O indivíduo muitas vezes não tem compreensão da causa de determinada dificuldade e, neste contexto, o psicopedagogo intervém diretamente, buscando elementos para a contextualização e superação das dificuldades de aprendizagem, compreendendo que todos possuem a capacidade de aprender igualmente, sem fazer nenhuma distinção.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Psicopedagogo. Dificuldades de aprendizagem.

ABSTRACT

This monograph, entitled "The psychopedagogue at school: space, roles, tensions, and perspectives", has as its object of study the psychopedagogue in the school context, being carried out in the Pedagogy course at the Faculty of Education of the Federal University of Goiás. The research objective was to analyze the psychopedagogue at school, observing their space of action, social and professional role, as well as the tensions and perspectives present in the field of Psychopedagogy, understanding this professional as a mediator in the process of learning difficulties. The methodology included the carrying out of documentary, bibliographical and empirical research, adopting a qualitative approach in the treatment and analysis of data. The empirical research was carried out through a semi-structured interview script with five psychopedagogues, being three Institutional Psychopedagogues and two Clinical Psychopedagogues. The interviews took place in the first semester of the year 2021. The interviewed subjects of this monograph effectively contributed to the result and construction of this work, being essential to outline and support this research. The theoretical foundation was given, above all, from the author Nádya Bossa and her commentators, who discuss and analyze the development process of Psychopedagogy, a field of action still under construction in Brazil. Bossa analyzes learning difficulties from a psychopedagogical perspective, showing the social, moral, affective, and scientific relevance of this professional, the psychopedagogue. The theoretical foundation was also based on several authors from the database of SciELO, PePSIC and Revista Psicopedagogia of the Associação Brasileira de Psicopedagogia. The analyzes produced led to a critical and reflective look at the learning process, within a psychopedagogical perspective. We went into legal aspects, in the processes of regulation of the psychopedagogue profession in progress, especially in the Legislative Power. As a result, we notice the lack of a professional who works directly on learning difficulties within schools, contributing to the reduction of dropouts and school failure. The psychopedagogue guides and dialogues with the family, the school, the teachers, and the student himself, who are the subjects of this process. The individual often does not understand the cause of a certain difficulty and, in this context, the psychopedagogue intervenes directly, seeking elements to contextualize and overcome learning difficulties, understanding that everyone can learn equally, without making any distinction.

Keywords: Psychopedagogy. Psychopedagogue. Learning difficulties.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Análise Comportamental Aplicada
ABPp	Associação Brasileira de Psicopedagogia
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF	Constituição Federal
COVID-19	Novo Coronavírus
EAD	Educação a distância
FE	Faculdade de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
PePSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PL	Projeto de Lei
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PUC	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RH	Recursos Humanos
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Sesu	Secretaria de Educação Superior
SP	São Paulo
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TOC	Transtorno Obsessivo-Compulsivo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UNIFIEO	Centro Universitário Fieo

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia na Europa.....49
- Quadro 2** – Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia no Brasil.....50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A PSICOPEDAGOGIA E O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	21
CAPÍTULO 2 – A PSICOPEDAGOGIA E O PSICOPEDAGOGO: A REGULAMENTAÇÃO EM DEBATE	40
CAPÍTULO 3 – A PSICOPEDAGOGIA NA ÓTICA DA ABPP, UFPB E UNIFIEO	56
CAPÍTULO 4 – A PSICOPEDAGOGIA NA ÓTICA DOS PSICOPEDAGOGOS: DIAGNÓSTICOS, TENSÕES E DESAFIOS	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	90
APÊNDICE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	91
ANEXO I – PROJETO DE LEI Nº 3512 DE 2008.....	92

INTRODUÇÃO

A crescente demanda de profissionais na área da educação para auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem está cada vez mais presente. Com isso, surgiu a necessidade de se pensar em um profissional que atendesse e compreendesse esses processos de aprendizagem humana, o psicopedagogo. A presente pesquisa, intitulada *O psicopedagogo na escola: espaço, papel, tensões e perspectivas* buscou compreender e analisar a profissão do psicopedagogo como um tema atual e relevante, e ao mesmo tempo complexo e em processo de construção. Portanto, pontuamos as razões do surgimento desta área de atuação e deste profissional, o psicopedagogo, através da concepção histórica do surgimento da Psicopedagogia, destacadamente o seu espaço de atuação e o seu papel social, abrangendo as tensões e as perspectivas em termos profissionais e acadêmicos.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os elementos históricos presentes na constituição da área da Psicopedagogia, assim como o debate em torno da regulamentação da profissão do psicopedagogo, especialmente no Poder Legislativo, compreendendo o espaço, papéis, tensões e perspectivas desta área de conhecimento e deste profissional, o psicopedagogo, no contexto escolar. **O objeto de estudo da Psicopedagogia é a aprendizagem humana**, sendo função norteadora da mesma, na escola, contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem escolar, diminuindo o percentual de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e auxiliando também na diminuição da evasão e do fracasso escolar¹. Assim, buscou-se analisar na pesquisa o surgimento, a trajetória e os possíveis impactos da Psicopedagogia na sociedade e na educação escolar.

Dessa maneira, são traçados os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar os elementos históricos e jurídicos, presentes na profissão do psicopedagogo e na área da Psicopedagogia; 2) Investigar por meio de documentos, pesquisa bibliográfica, entrevistas com psicopedagogos, palestras e debates, sobre os espaços de atuação e o papel social do psicopedagogo; 3) Examinar as tensões e perspectivas em torno desse profissional e dessa área de conhecimento; 4) Compreender quais impactos podem ter ou trazer nas propostas de regulamentação da profissão do psicopedagogo em curso, especialmente no Legislativo.

¹ Termo criado pela burguesia para designar alunos que se encontram em dificuldade de aprendizagem, acentuando as desigualdades sociais e a meritocracia presentes no modelo capitalista. Especialmente nas escolas públicas, onde este número é maior, devido à falta de gestão pública educacional de qualidade, que corrobora em um ensino sucateado, em que o governo não atue diretamente na educação, por meio de políticas educacionais de qualidade, que valorizem o ensino público e gratuito.

Portanto, em relação aos processos e etapas de regulamentação da Psicopedagogia, adentramos nos aspectos legais, compreendendo criticamente os trâmites políticos que se adentram no campo da Psicopedagogia. Nesse sentido, analisamos Projetos de Lei e outras regulamentações em curso, especialmente no Legislativo, tendo em vista a compreensão histórica, cultural e científica do papel do psicopedagogo nas escolas, uma vez que o mesmo auxilia os alunos com dificuldades de aprendizagem por meio de métodos psicopedagógicos próprios.

Neste sentido, o psicopedagogo pode atuar na Psicopedagogia Clínica e/ou na Psicopedagogia Institucional, auxiliando alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, contribuindo no ambiente institucional pedagógico, orientando professores, diretores e coordenadores, dialogando sempre com as famílias. Assim, optamos por direcionar e analisar esta pesquisa dentro do contexto escolar, visando observar e compreender o psicopedagogo na escola, no acompanhamento de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Portanto, a presente monografia analisou o espaço, papéis, tensões e perspectivas do psicopedagogo, especificamente nas escolas. Nessa direção, cabe perguntar: Quais os elementos históricos presentes na profissão do psicopedagogo e na área da Psicopedagogia? Qual o papel social do psicopedagogo existente nas escolas? Quais são as tensões e as perspectivas em torno desse profissional e dessa área de conhecimento? Quais impactos podem ter ou trazer as propostas de regulamentação em curso, especialmente no Legislativo?

Nas escolas públicas, sobretudo, tanto na zona rural quanto urbana, observa-se o sucateamento e a falta de condições objetivas para uma melhor qualidade no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, observadas na falta de infraestrutura e equipamentos didático-pedagógicos, ligados a um processo histórico em que as políticas educacionais não tem atendido às demandas necessárias para um ensino de qualidade social. Assim, é necessária a atuação de um profissional – o psicopedagogo – que atenda à essas demandas no processo de ensino-aprendizagem. Atuando em escolas públicas de todo o Brasil, com o intuito de auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, mostrando a eles o melhor caminho a ser traçado, buscando compreender cada sujeito conforme às suas especificidades e contextos sociais em que vive, em que estuda, em que aprende.

Atualmente, existem milhares de jovens que deixam de frequentar a escola por diversos fatores, entre eles, a dificuldade de ir para a escola aprender diante de longos quilômetros percorridos para se chegar até a escola, a falta de apoio dentro dos próprios lares para prosseguir nos estudos, a falta de renda familiar que impele a busca pela inserção no mercado de trabalho

como maneira de ajudar a sustentar a família. São diversos fatores que contribuem para a evasão de estudantes, para além de questões individuais ou motivacionais.

O que deveria ser feito para solucionar tal questão é uma administração competente do Estado, com uma gestão democrática de qualidade, promovendo políticas educacionais, que permitam um olhar de igualdade e liberdade nas escolas, fazendo com que os alunos ampliem a sua visão de mundo através da Educação libertária e democrática, não excludente.

Dessa forma, segundo a LDB (Lei nº 9.394/1996), nos incisos I, II e III do artigo 4º, temos que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996).

É, assim, dever do Estado promover e garantir a educação básica obrigatória, que corresponde dos 4 aos 17 anos de idade. Nesta direção, segundo o artigo 5º:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996).

Conforme o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, temos que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020). (BRASIL, 1988).

Sendo assim, o Estado deverá garantir e nortear, a partir da LDB e da Constituição Federal, a obrigatoriedade da educação básica. Portanto, a LDB tem a função de estabelecer legalmente o dever do Estado em garantir e promover a educação. Sabendo disso, é preciso haver a inserção de políticas públicas da educação através de uma gestão democrática, que garanta o acesso permanente e o ensino gratuito de qualidade em todo o Brasil. Segundo o Censo Escolar (2020):

O dever do Estado com a educação, conforme redação do Art. 208, deverá ser **efetivado mediante a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade**. Como corolário, a educação básica obrigatória aos 17 anos de idade só será alcançada com uma **trajetória educacional regular**. (BRASIL, 2020, grifo do autor).

Nesse sentido, tem-se como obrigatoriedade o Estado garantir a educação, o acesso gratuito das escolas de rede pública federal, estaduais e municipais, permitindo que todos tenham direito em aprender através de uma educação de qualidade, libertadora, pautada em políticas públicas democráticas, com princípios e valores éticos definidos em cada escola a partir do desenvolvimento de um bom PPP.

Em março de 2020, novos desafios foram impostos aos sistemas de ensino. As aulas presenciais foram suspensas em quase todas as escolas do Brasil, devido a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)². No contexto do ensino à distância, as escolas precisaram estruturar um novo modelo de ensino, tornando-se este um desafio a mais para as equipes pedagógicas. Muitos alunos deixaram de se matricular nas escolas, ocasionando a evasão escolar, e os que conseguiram permanecer nos sistemas de ensino enfrentam inúmeras dificuldades relacionadas ao ensino remoto (dificuldades com acesso à internet, uso de tecnologias, etc.). Além disso, o fracasso escolar esteve presente com a ausência de um professor que atenda as demandas

² Em 2019, surgiu em Wuhan, numa cidade da China, uma variante do coronavírus: o novo coronavírus (COVID-19). Não se sabe ao certo qual a causa do surgimento do novo coronavírus. Um dos principais sintomas graves do COVID-19 é a dificuldade de respirar, afetando os pulmões, brônquios e alvéolos pulmonares. Atualmente, o vírus se alastrou por quase todos os países do mundo, sendo responsável por mais de 450 mil mortes no Brasil (dados de junho de 2021). Felizmente, no Brasil deu-se início à campanha de vacinação contra o COVID-19. A luta pela cura desse vírus está sendo vivida dia após dia por pessoas de todo o mundo. Diversos estados brasileiros estão sem leitos de UTI e sem respiradores. A situação é caótica, mas a ciência está caminhando para saltos consideráveis e bons resultados.

exigidas pela educação. Os alunos não têm a quem recorrer, senão os responsáveis dos lares, que os ajudam na medida que conseguem ter domínio sobre determinado conteúdo e atividade proposta pelo professor. O ensino remoto como ferramenta para educação se tornou a única possibilidade de novos conhecimentos, as escolas nunca lidaram com tal situação, precisando se reinventar.

A forma de conduzir as aulas tornou-se mais exigente, devido ao aumento da carga horária de trabalho dos professores, ao cansaço dos alunos e professores em ficar na frente das telas de aparelhos eletrônicos, o rendimento escolar que reduziu consideravelmente devido ao cansaço mental e físico, agravado pela pandemia e o isolamento social. Infelizmente, com o contexto pandêmico do novo coronavírus que estamos vivenciando e com o aumento do número de casos de contaminação, as escolas públicas estaduais e municipais estão fechadas e passando por um cenário difícil, em que os professores estão enfrentando situações complicadas, precisando inovar e usar a criatividade a todo momento, com o intuito de promover a educação. Segundo o MEC/INEP/SAEB – SAEB (2019), as redes públicas municipais e estaduais contam com 81% de estudantes da Educação Básica matriculados. Ou seja, quase 39 milhões de crianças, adolescentes e jovens na rede pública de ensino.

Dessa maneira, a atuação e compreensão do papel do psicopedagogo nas escolas se faz presente, pois se entende que o mesmo poderá contribuir na discussão sobre a aprendizagem humana, auxiliando na diminuição da evasão escolar e na compreensão dos mecanismos que podem ocasionar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Principalmente na pandemia, muitos alunos (especialmente de escolas públicas) apresentam dificuldades de aprendizagem, pois com o ensino a distância o rendimento escolar diminuiu consideravelmente. Esta pandemia está afetando o psicológico de muitas pessoas, principalmente os adolescentes que veem a necessidade de socializar, de sair, de encontrar os amigos. Aumentando então o número de pessoas com doenças psicossomáticas, como depressão e ansiedade, devido ao isolamento social.

Neste sentido, estudos diversos de Noffs (2016), Dias (2016), Delabeth e Da Costa (2014), Araujo (2014), Barroso *et. al.* (2019), Soares e Sena (2001), Pottker e Leonardo (2014), Rodrigues e Chechia (2017), Anjos e Dias (2015), Gonçalves (2019), Silva e Lorenzini (2017), Masini (2006), Brum e Pavão (2014), apontam que a atuação do psicopedagogo tem contribuído efetivamente para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens com dificuldades de aprendizagem escolar. Para alguns estudiosos, com a inclusão do psicopedagogo nas escolas, é possível analisar e buscar formas de sanar problemas de aprendizagem que muitas vezes têm início dentro dos lares ou nas próprias escolas. Assim, a

família é importante para contribuir nesse processo de ensino-aprendizagem, juntamente com a escola em que o aluno estuda, e o próprio psicopedagogo, que irá acompanhar o aluno e ajudá-lo a superar as dificuldades de aprendizagem que se encontram, localizando seus desafios no contexto escolar, no processo de leitura e escrita, bem como na aprendizagem em geral.

Portanto, entende-se que o tema escolhido para esta pesquisa é importante e necessário no contexto atual, dado sua relevância social e científica. Visto que com a pandemia do novo coronavírus, a necessidade do psicopedagogo é ainda maior no que se refere a aprendizagem humana. O psicólogo também é de extrema necessidade atualmente, pois atua na saúde emocional do indivíduo, que necessita de muito apoio psicológico neste momento. Foi analisado durante a construção desta pesquisa, palestras, debates, bibliografias na base de dados online, contribuindo no desenvolvimento da análise crítica e reflexiva da pesquisa, entendendo a importância e o papel social do psicopedagogo nas escolas, bem como as tensões e perspectivas da Psicopedagogia. Observamos também elementos históricos e jurídicos, presentes na profissão do psicopedagogo e na área da Psicopedagogia, por meio de documentos e textos legais, pesquisando quais são os impactos das propostas de regulamentação da Psicopedagogia em curso, especialmente no Poder Legislativo.

Portanto, o tipo de abordagem para o desenvolvimento desta pesquisa foi a abordagem qualitativa, usando como ferramentas de investigação e análise, a pesquisa documental, que analisou os impactos e as tensões em torno do campo da Psicopedagogia, em propostas de leis e regulamentação em curso, especialmente no Legislativo; a pesquisa bibliográfica, mostrando os espaços, papéis, tensões e perspectivas do psicopedagogo na escola; e a pesquisa de campo através da coleta de dados empíricos na realização de entrevistas com cinco psicopedagogas. Dessa forma, de maneira geral, utilizou-se a análise de artigos em revistas científicas, análise documental, análise crítica e reflexiva dos textos acadêmicos, estudos diversos de bibliografias, livros, anais impressos ou digitais, vídeos didáticos, dentre outros.

Dessa maneira, referente à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50):

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2008, p. 50).

Gil (2008, p. 51) também fundamenta a pesquisa documental:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Nesse sentido, para Lüdke e André (1986, p. 38), a análise documental:

[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" (Phillips, 1974, p. 187). Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Utilizamos, de modo complementar, a pesquisa empírica para o desenvolvimento do **Capítulo IV** desta pesquisa. Através de um roteiro de entrevista semiestruturada, realizamos entrevistas com cinco psicopedagogas, o que nos permitiu ampliar o entendimento do objeto de estudo a partir de uma análise qualitativa. **A pesquisa empírica** foi inserida no **Capítulo IV** desta pesquisa, compreendendo a realidade do psicopedagogo no contexto escolar, o seu espaço de atuação e o seu papel social, bem como as tensões e as perspectivas conduzidas em torno desta profissão e desta área de atuação, a Psicopedagogia.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, segundo Gil (2002, p. 53):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2002, p. 53).

Dessa maneira, conforme Lüdke e André (1986, p. 34):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta e alcance mais superficial, como o questionário. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Nessa direção, segundo Minayo (2007, p. 64):

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema específico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2007, p. 64).

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2021, no qual os sujeitos entrevistados responderam 15 perguntas inseridas no roteiro de entrevista semiestruturada. Na análise e coleta de dados qualitativa das cinco psicopedagogas entrevistadas, compreendemos a rotina do psicopedagogo nas escolas, conhecendo os limites e os desafios, bem como as possibilidades e os caminhos percorridos por este profissional.

A estrutura da presente monografia foi construída a partir de quatro capítulos, para compreensão do debate em torno da Psicopedagogia, entendendo os espaços, os papéis, as tensões e perspectivas da atuação do psicopedagogo na escola. Os quatro capítulos foram os seguintes: Capítulo 1 – A Psicopedagogia e o psicopedagogo na escola: uma revisão de literatura; Capítulo 2 – A Psicopedagogia e o psicopedagogo: a regulamentação em debate; Capítulo 3 – A Psicopedagogia na ótica da ABPP, UFPB e UNIFIEO; e Capítulo 4 – A Psicopedagogia na ótica dos psicopedagogos: diagnósticos, tensões e desafios.

Para o levantamento bibliográfico da pesquisa, utilizamos banco de dados online, como o site do SciELO (português) para pesquisar artigos relacionado ao tema de Psicopedagogia. Também usamos a Revista Psicopedagogia, da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) como fonte de pesquisa dos artigos. Por fim, fizemos também o uso do site PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) para pesquisar artigos relacionados a Psicopedagogia e o psicopedagogo. Utilizamos os termos “Formação”, “Psicopedagogo” e “Psicopedagogia” para pesquisar no banco de dados online artigos relacionado ao tema da pesquisa. Para a revisão inicial de literatura na área, indicamos a existência de quatro aspectos centrais do tema da pesquisa, são eles: espaço, papéis, tensões e perspectivas.

De maneira geral, os textos teóricos e estudos presentes nas bases de dados apresentam aproximações e distanciamentos, abordando sobre a importância da atuação do psicopedagogo na sociedade, o caráter político e científico em torno da Psicopedagogia e do psicopedagogo, os campos em que o psicopedagogo pode atuar, seu papel e tensões existentes no ingresso, e a atuação como profissional dentro de instituições educacionais. Dessa forma, consideraremos

nos quatro capítulos a seguir, especificamente os textos encontrados e analisados na pesquisa do banco de dados sobre o tema, objeto de estudo desta monografia.

CAPÍTULO 1 – A PSICOPEDAGOGIA E O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

No artigo *A Psicopedagogia e seu campo de atuação*, a autora Andrea V. da C. A. Dias (2016) analisou o **conceito de Psicopedagogia**, respondendo quais são as **áreas de atuação desse profissional** e examinando como se dá o **processo de aprendizagem do aluno com a intervenção do psicopedagogo**. Segundo Dias (2016), o desenvolvimento da aprendizagem do aluno é compreendido a partir da relação entre família, escola e sociedade. Esses três aspectos devem ser considerados para que a aprendizagem do aluno seja problematizada. Assim, segundo Dias (2016, p. 3), “a Psicopedagogia lida com o processo de aprendizagem considerando a influência que a tríade família/escola/sociedade tem no desenvolvimento da aprendizagem humana”.

Dessa forma, segundo Dias (2016, p. 4), a Psicopedagogia:

É um campo de conhecimento caracterizado pela interdisciplinaridade, por utiliza-se de várias correntes teóricas como a epistemologia genética, a linguística, a psicanálise, a psicologia, fonoaudiologia e pedagogia, tem como objetivo melhorar a compreensão do processo de aprendizagem. (DIAS, 2016, p. 4).

Assim, o psicopedagogo pode atuar em dois campos de conhecimento: **a Psicopedagogia Clínica e a Psicopedagogia Institucional**. Segundo Dias (2016, p. 6), “a Psicopedagogia Clínica é realizada em consultório particular em uma clínica psicopedagógica ou hospitais”. Este profissional dispõe de diversas técnicas e instrumentos próprios da Psicopedagogia, para investigar as causas da dificuldade de aprendizagem dos alunos. O acompanhamento pode ser feito individualmente ou em grupo, dependendo da necessidade de cada indivíduo.

Conforme Dias (2016, p. 6), “a Psicopedagogia Institucional é realizada em escolas e/ou em instituições não escolares, como empresas, hospitais”. Na instituição escolar, abrange os professores, a escola e a comunidade. A função do psicopedagogo é auxiliar e acompanhar alunos com **dificuldades de aprendizagem**, orientando professores, diretores e coordenadores da escola, buscando contribuir e direcionar os professores nas intervenções da sala de aula, ajudando seus alunos que possuem dificuldade na aprendizagem e no desenvolvimento de leitura e escrita. O psicopedagogo também busca diminuir a porcentagem do insucesso escolar, que acaba resultando no fracasso escolar ou na evasão escolar, ambos os casos presentes na realidade de muitos estudantes, principalmente em escolas públicas estaduais e municipais.

Portanto, as intervenções com os alunos ocorrem de forma mais ampla nas escolas. Na clínica, o psicopedagogo irá mediar por meio de instrumentos próprios deste campo de atuação, buscando obter bons resultados por meio da análise de cada sujeito, no que se refere à aprendizagem humana. Segundo Dias (2016, p. 6-7), “o trabalho clínico é mais complexo, o psicopedagogo precisa conhecer como a aprendizagem se estabelece na vida do sujeito [...]”. Em ambos os campos de atuação da Psicopedagogia, este profissional deve sempre estabelecer o vínculo e diálogo direto com o indivíduo, assim como o diálogo reflexivo com a família e a escola, entendendo criticamente a causa de determinado problema. Segundo Dias (2016, p. 7):

As dificuldades de aprendizagem estão muito presentes na realidade de hoje e ocasionam a **evasão e o fracasso escolar**. As dificuldades podem advir de fatores orgânicos ou mesmo emocionais e é importante que sejam descobertas a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo educativo. Os **problemas de aprendizagem** podem aparecer por diferentes motivos como conflitos familiares, violência, ansiedade, depressão, fobias, timidez, síndromes neurológicas, transtornos de linguagem, sociabilidade, currículo e ambiente escolar. (DIAS, 2016, p. 7, grifo nosso).

Dessa forma, o psicopedagogo colabora e contribui para o desenvolvimento pessoal, psíquico, moral, social e cognitivo do ser, podendo auxiliar pessoas de qualquer faixa etária – crianças, adolescentes, jovens e adultos – na aprendizagem humana, por meio da **relação teoria e prática**. Estabelecendo vínculos afetivos e mútuos, conquistando a atenção e dedicação do aprendente. Assim, é importante que o psicopedagogo esteja atento ao diálogo da criança, assumindo a posição de ouvinte, compreendendo a sua realidade e o seu cotidiano escolar. De acordo com Dias (2016, p. 5):

A Psicopedagogia trabalha com o processo de aprendizagem humana apoiando a todos os indivíduos tanto crianças e adolescentes como os adultos. Ela estuda o processo de aprendizagem levando sempre em consideração o ambiente em que o indivíduo está inserido, pois é através do conhecimento do cotidiano das crianças que é possível verificar as causas de suas dificuldades de aprendizagem. (DIAS, 2016, p. 5).

Sendo assim, conforme afirma Dias (2016, p. 7):

O processo de aprendizagem é um fenômeno natural do ser humano que envolve uma série de fatores cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. A aprendizagem na criança se desenvolve de acordo com os valores, costumes, crenças que ela adquire dentro de sua família e da sociedade a qual ela faz parte. (DIAS, 2016, p. 7).

Portanto, o profissional de Psicopedagogia deve entender o sujeito que apresenta dificuldades de aprendizagem, buscando analisar e identificar a causa do problema de

aprendizagem. Muitas vezes, a causa está dentro dos lares, na própria escola, na relação que não se estabelece afetivamente entre professor-aluno, dificultando a sistematização de novos saberes. Por isso, é necessária a atuação do psicopedagogo na escola, compreendendo os múltiplos fatores que podem interferir nos processos de aprendizagem dos alunos e que, muitas vezes, não recebem o devido cuidado e atenção. Todos precisam entender a sua importância. O psicopedagogo permite esse olhar reflexivo e afetivo frente a realidade dos alunos com dificuldades de aprendizagem. A afetividade é a base da conquista de relações entre pai e filho, entre professor e aluno, entre psicopedagogo e aprendiz.

Durante o curso de Psicopedagogia, que pode ser feito como graduação e pós-graduação (Lato Sensu ou Strictu Sensu), encontram-se diversos eixos temáticos e práticas efetivas da Psicopedagogia que contribuem para a reflexão sobre o ensino e a aprendizagem dos indivíduos, de forma a superar desafios colocados na vida dos alunos, observando suas vivências e experiências no contexto da família, da escola e da sociedade, buscando compreender as causas da dificuldade de aprendizagem e colaborando com o desenvolvimento completo do ser. Dessa forma, podemos concluir, conforme Dias (2016, p. 9):

A atuação psicopedagógica possibilita levar o sujeito que aprende a tornar-se mais consciente e ativo no seu próprio processo de aprender. Sendo o centro da aprendizagem a criança consegue se apropriar de conhecimentos que a auxiliarão em sua vida em sociedade. (DIAS, 2016, p. 9).

No artigo *Psicopedagogia e suas áreas de atuação*, Delabeth e Da Costa (2014), abordam sobre a **importância do Psicopedagogo** nos dois campos de atuação – Psicopedagogia Clínica e Institucional –, mostrando a **relevância social, científica e profissional**. Segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 5), “inicialmente as ações psicopedagógicas surgiram na França, estas por sua vez, influenciaram a Argentina, trazendo assim a prática ao Brasil”.

Dessa forma, a Psicopedagogia possui caráter multidisciplinar, pois atua com profissionais de diversas áreas, como Pedagogia, Psicologia, Neurologia, Fonoaudiologia, para tratar as causas dos problemas de aprendizagem daquele indivíduo conforme a sua necessidade, encaminhando para algum destes profissionais que ajudem a solucionar a causa do problema. Segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 5), “[...] a área da Psicopedagogia envolve uma equipe multidisciplinar com profissionais de psicologia, pedagogia, neurologia, psicanálise, assistente social e fonoaudióloga”.

A Psicopedagogia se insere em um campo de atuação interdisciplinar, em que o profissional utiliza conhecimentos de outras áreas do saber, tais como a Pedagogia e Psicologia, sobretudo, através da investigação feita com métodos próprios da Psicopedagogia, observando o cotidiano do aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, dialogando com a família e a escola, além do próprio estudante, adentrando no ambiente do cotidiano escolar do aprendente. O psicopedagogo nas escolas promove o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, buscando entender as causas da evasão e do fracasso escolar, orientando os professores no processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula e ajudando-os na mediação junto aos alunos. Segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 8).

Diante disso, percebe-se a importância desse novo profissional nesse contexto, onde busca contribuir com o ser humano para o seu desenvolvimento integral. Muitas vezes são diagnosticadas as doenças, distúrbios, dificuldades no processo de ensino-aprendizado e para isso o Psicopedagogo irá intervir, fazendo avaliações, e também terapias, conciliadas com a escola para auxiliar nesse desenvolvimento integral. (DELABETH; DA COSTA, 2014, p. 8).

Nessa direção, em relação ao papel do psicopedagogo nas escolas, segundo o Deputado Barbosa Neto (1997, p. 39), autor da PL nº 3.124³:

A escola, que deveria ser local de promoção do desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos, torna-se, para muitos, palco de fracassos ou de desenvolvimento insatisfatório e precário. Esse quadro exige uma urgente revisão do projeto educacional brasileiro, de modo a melhorar a qualidade do que se ensina e de como se ensina; do que se aprende e de como se aprende. Essa situação só poderá ser enfrentada se o processo de aprendizagem for analisado sob uma perspectiva que considere não só o contexto social em que esta prática se dá, mas simultaneamente com a visão global da pessoa que aprende e de suas dificuldades nesse processo. A resposta para tal desafio é a prática psicopedagógica exercida por um profissional especializado, o Psicopedagogo. (NETO, 1997, p. 39).

Dessa forma, o Psicopedagogo pode atuar com pessoas em qualquer faixa etária, ajudando-os a superar dificuldades de aprendizagem. Conforme cita Neto (1997, p. 39), a prática psicopedagógica dentro das escolas contribui para o entendimento do sujeito como um ser dotado de conhecimentos, já que todos nós temos a capacidade de aprender. É preciso compreender cada indivíduo dentro da escola, analisando a realidade e o contexto social de cada um. A escola deve promover este olhar atento, afetivo, democrático e igualitário.

Muitas vezes, a dificuldade de aprendizagem está na falta de estímulo afetivo ou social por parte da família, que não incentiva a criança a ir para a escola, mostrando a importância do

³ Este projeto de lei, atualmente arquivado, visava a regulamentação da Psicopedagogia para atuação e exercício livre da profissão em seus campos de conhecimentos, a clínica e a institucional.

professor na vida escolar da criança. Assim, a relação professor-aluno é essencial para que se estabeleçam vínculos mútuos de afetividade, promovendo novos conhecimentos através da relação teórico-prática. É preciso que o professor instigue questionamentos críticos, para que o aluno reflita sua realidade a partir de novos saberes aprendidos e sistematizados.

O professor possibilita ampliar a visão de mundo do aluno, ajudando-o no desenvolvimento completo, explorando suas capacidades, por meio de práticas pedagógicas alinhadas a princípios éticos e democráticos, valores morais. Assim, Delabeth e Da Costa (2014, p. 8) afirmam que o psicopedagogo contribui:

[...] com o professor e o aluno, tanto na escola como fora dela. Diagnosticar dentro da sala de aula, no recreio, em atividades extraclasse, com a família, na sociedade, diversos ambientes, para um melhor desempenho e crescimento intelectual. (DELABETH; DA COSTA, 2014, p. 8).

Portanto, a forma como a família introduz a criança na escola na Educação Infantil, diz muito sobre a maneira da criança observar o meio escolar, seus colegas de turma e a professora regente, podendo gerar aceitação ou rejeição do aluno com esse contato estabelecido. Dessa forma, segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 11), “a família que abre as portas do conhecimento da sociedade, e também apresenta a escola a seus filhos, por isso a importância do bom relacionamento entre a instituição e a família”. A aprendizagem humana é estabelecida primeiramente na família, passando para a escola e a sociedade. A família promove este contato da criança com a escola e a comunidade. A família é essencial para o estabelecimento de vínculos afetivos entre a criança e a escola, entre a criança e o educador, entre a criança e o psicopedagogo. Assim, é imprescindível o papel do psicopedagogo nas escolas, que contribui efetivamente no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 6):

O psicopedagogo é parte fundamental no auxílio à aprendizagem, tanto no ato de aprender, quando na modificação de métodos de ensino, tanto no acompanhamento do indivíduo, quanto das pessoas que o rodeiam, seu contexto social. (DELABETH; DA COSTA, 2014, p. 6).

O psicopedagogo também é importante para contribuir na práxis educativa, no processo de ler e aprender, auxiliando na relação teoria e prática. Sabemos que o professor e o aluno estão aprendendo constantemente um com outro. A todo momento, novos conhecimentos estão se consolidando na vida do indivíduo. Por isso a importância de se questionar: o questionamento leva a dúvida, a incerteza, que gera outros questionamentos críticos e reflexivos acerca da

realidade, estabelecendo novos saberes. O aluno necessita entender aquele conhecimento – a teoria – transmitido pelo professor, para que possa aplicá-lo no cotidiano – a prática. Somos seres críticos, portanto, em processo constante de evolução e saber. O conhecimento é a fonte do saber crítico e reflexivo. Dessa forma, podemos concluir que, segundo Delabeth e Da Costa (2014, p. 7):

É neste estar no mundo que o homem vai se construindo em seus princípios de vida e através de seu trabalho, de sua construção, de seu processo de história de vida que torna-se a cada dia mais humano; o que diferencia-o de outros seres, pois somos capazes de criar, de transformar a nossa realidade e tornar cada vez mais um espaço de evolução e crescimento, onde a dimensão do outro se faz nas relações. (DELABETH; DA COSTA, 2014, p. 7).

Em artigo em que debate a psicopedagogia como possibilidade de enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, Araujo (2014) realiza **entrevista com seis profissionais da educação, três pedagogas e três psicopedagogas**. Segundo a autora, durante a discussão da prática pedagógica e da Psicopedagogia, tem-se a necessidade de buscar novas alternativas e instrumentos diversos para identificar dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita. Infelizmente, no Brasil, a dificuldade de ler e escrever está presente em muitos alunos da educação básica pública. Este número vem crescendo a cada dia, principalmente no momento pandêmico que estamos passando, tornando-se um desafio para muitos profissionais da educação.

Dessa forma, segundo Freire (1996, p. 43-44) *apud* Araujo (2014, p. 6, grifo nosso), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Sendo assim, a prática psicopedagógica surgiu com a intenção de auxiliar na diminuição do número de estudantes com dificuldades de leitura e escrita, de interpretação de textos. Muitos estudantes “passam” de ano escolar com lacunas no processo de aprendizagem. Ou seja, a criança passa de ano letivo sem aprender a ler e escrever e este problema pode contribuir para o insucesso escolar. Assim, conforme Araujo (2014, p. 2):

Acredito que a Psicopedagogia pode colaborar com as intervenções pedagógicas dos professores, visando uma transformação positiva em termos da melhoria na qualidade de ensino, diminuindo assim o fracasso escolar. (ARAUJO, 2014, p. 2).

Nesse sentido, segundo afirma Araujo (2014, p. 7):

Percebemos atualmente que alguns profissionais da área da educação vem recorrendo à psicopedagogia na busca de solucionarem “problemas” relacionados às dificuldades de aprendizagem. Por esse motivo, temos que ter consciência que a área da psicopedagogia, como sendo um campo de possibilidades para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, vem com o intuito de acrescentar, e não de substituir, áreas do conhecimento, como por exemplo a psicologia e a pedagogia. (ARAUJO, 2014, p. 7).

Portanto, podemos concluir que é válido que os professores façam formações em pós-graduação Lato Sensu ou Strictu Sensu em Psicopedagogia, para compreender a causa da dificuldade de aprendizagem dos indivíduos, ajudando-os a buscar formas de sanar tais problemas, localizando suas causas, entendendo o sujeito como um todo, com todas as suas capacidades de conhecimentos e saberes que o constitui. Tal melhoria na aprendizagem ocorre por meio da relação teoria e prática, no qual o professor, por meio de conhecimentos da Psicopedagogia, analisa criticamente cada aluno com dificuldade de leitura e escrita, contribuindo e sistematizando conhecimentos teóricos estudados na sala de aula através da prática, da afetividade, permitindo que o aluno veja a sua importância e o seu valor social, resultando nos alunos uma visão de mundo ampla e crítica, com questionamentos reflexivos acerca da realidade.

No artigo *A atuação psicopedagógica no processo de ensino-aprendizagem*, segundo Barroso *et al.* (2019), a Psicopedagogia está pautada na interdisciplinaridade, por olhar o aluno como sujeito autor, que detém conhecimentos e vivências do dia-a-dia. **O aprendizado se dá por meio de fatores sociais, culturais, afetivos e cognitivos.** A função do psicopedagogo é avaliar as três principais áreas que influenciam e determinam a aprendizagem dos estudantes: a cognitiva, a social e a afetiva. Assim, de acordo com Barroso *et al.* (2019):

A atuação da Psicopedagogia tem como base o analisar a forma como a criança pensa e não propriamente o que aprende. Ter um olhar psicopedagógico de um processo de aprendizagem é buscar compreender como eles utilizam os elementos do seu sistema cognitivo e emocional para aprender. (BARROSO *et al.*, 2019, p. 33).

Dessa maneira, Barroso *et al.* (2019) defende a importância de se pensar no processo de ensino-aprendizagem a partir da perspectiva do aluno e do professor. Ambos estão nesse processo de desenvolvimento e saber crítico, refletindo acerca da realidade a partir da relação teoria e prática. No processo do saber, o professor e o aluno aprendem e ensinam simultaneamente.

De acordo com Barroso *et al.* (2019, p. 28-30), “A educação é um processo que se dá através do relacionamento e do afeto para que possa ocorrer de forma prazerosa o processo de ensino–aprendizagem”. Por isso, a relação professor-aluno deve se fazer presente a todo

instante no ambiente da sala de aula, para que se estabeleça uma conexão mútua e afetiva de ambos. O processo de ensino-aprendizagem ocorre por meio do entendimento daquele ser que necessita de atenção, cuidado e carinho. Ou seja, a educação pautada no afeto.

O aluno muitas vezes encontra-se desmotivado em ir para a escola devido à falta de aproximação entre o professor e ele, pela falta de incentivo por parte da família, pela pressão da escola, dentre outros fatores. Assim, “[...] os problemas mais encontrados nas instituições escolares estão ligados à relação professor/aluno, passando pela questão da disciplina e das dificuldades de aprendizagem, decorrentes ou não desse fator relacional.” (BARROSO *et al.*, 2019, p. 24).

Dessa maneira, segundo Barroso *et al.* (2019), dentro do processo de entendimento do sujeito autor, temos que levar em consideração a sua autonomia, pois todos nós aprendemos a partir do erro, das deduções, das hipóteses. “Mestre não é aquele que faz ideias de seus discípulos, é o que os auxilia na gênese e na gestação dessas ideias.” (CHALITA, 2001, p. 139 *apud* BARROSO, 2019, p. 30). Assim, se o professor ensina o conteúdo “engessado” para o aluno, este não parte do princípio da hipótese, dos questionamentos, dos erros. Dar a solução pronta dos questionamentos feitos pelos alunos diminui sua capacidade criativa, corroborando em um ensino que parte do princípio de “decorar” e da repetição, sem ter aprendido nada do conteúdo transmitido pelo educador.

Segundo Barroso *et al.* (2019, p. 28), “autoria de pensamento é algo imprescindível para que o sujeito seja conectado com a condição humana mais valiosa de liberdade”. Dessa forma, cada aluno possui suas especificidades, suas vivências e experiências. Portanto, é importante que o professor entenda o processo formativo do educando como sujeito autor. A autonomia parte da imaginação, da criatividade, da liberdade de ser. Como diria Clarice Lispector em seu livro *A hora da estrela* (1998), “Já que sou, o jeito é ser.”

Dessa maneira, segundo Barroso *et al.* (2019, p. 28):

[...] O sujeito com autoria que se institui e se faz presente através de um “corpo” que sente, existe, ama e proclama sua liberdade de ser, de estar e viver no eterno presente, no eterno agora. [...] Portanto, o ser humano que faz sua autoria se humaniza e não se maquiniza. Decide viver através do seu próprio olhar, do seu próprio viver, do seu próprio criar. (BARROSSO *et al.*, 2019, p. 28).

Seguindo o âmbito do processo psicopedagógico, segundo afirma Barroso *et al.* (2019):

Ao pensar em autoria, pensa-se em Psicopedagogia, uma área de estudo interdisciplinar; que olha para o sujeito como um todo no contexto no qual está

inserido; que estuda os caminhos do sujeito que aprende e apreende, adquire, elabora, saboreia e transforma em saber o conhecimento. (BARROSO *et al.*, 2019, p. 28).

De acordo com Barroso *et al.* (2019, p. 26), “a psicopedagogia é uma área de estudo diretamente relacionada à da aprendizagem escolar, tanto no que tange a seu decurso normal quanto às dificuldades que possa apresentar”. Adiante, Barroso *et al.* (2019, p. 27) afirma que, “[...] a psicopedagogia não lida diretamente com o problema, lida com as pessoas envolvidas. Trabalha com as crianças, com os familiares e com os professores, levando em conta aspectos sociais, culturais, econômicos e psicológicos”. Portanto, o psicopedagogo escolar fará intervenções na escola que contribuam na melhoria do ensino-aprendizagem dos alunos com dificuldade de aprendizagem escolar.

Dessa maneira, a Psicopedagogia é um campo que estuda a aprendizagem humana, compreendendo o estudante como um todo, entendendo-o como um ser que possui diversos conhecimentos. Assim, a atuação do psicopedagogo na escola serve como um complemento de ajuda na prática de auxiliar e solucionar problemas de aprendizagem dos estudantes, que muitas das vezes sofrem desde o processo de alfabetização – no 1º ano do Ensino Fundamental – quando não aprenderam a ler e a escrever. O psicopedagogo analisa, faz intervenções, reconhece aquele sujeito que se encontra em “atraso escolar”, como dizem as instituições escolares, e busca ajudá-lo. Segundo afirma Barroso *et al.* (2019):

Numa ação interdisciplinar, ele dedica-se em áreas pertinentes ao planejamento educacional e assessoramento pedagógico, contribui com planos educacionais e lúdicos no âmbito das organizações, agindo numa modalidade cujo caráter é clínico institucional, ou seja, executando diagnóstico institucional e propostas operacionais pertinentes. (BARROSO *et al.*, 2019, p. 34).

Conforme afirma Barroso *et al.* (2019):

São inúmeras as intervenções que o psicopedagogo pode fazer para ajudar os alunos quando precisam, auxiliando na identificação de muitas situações que podem atrapalhar uma criança na escola, sem que o professor perceba, isso é o que ocorre com a maioria das crianças com dificuldades de aprendizagem. Problemas familiares, com os professores, com os colegas de turma, no conteúdo escolar, e muitos outros são questões que acabam por tornar a escola um lugar aversivo em vez de prazeroso. (BARROSO *et al.*, 2019, p. 25).

Dessa forma, o psicopedagogo na escola irá orientar o professor com os alunos que se encontram com dificuldades de aprendizagem, orientando também coordenadores e diretores no acompanhamento pedagógico dos alunos, sanando e contribuindo na diminuição de problemas de aprendizagem escolar. É necessário que a escola esteja equipada com materiais

pedagógicos, para contribuir na melhoria da aprendizagem escolar dos alunos com dificuldade. “Para isso, deve-se considerar o Projeto Político Pedagógico, sobretudo quais as suas propostas de ensino e o que é reconhecido como aprendizagem.” (BARROSO *et al.*, 2019, p. 34).

O Projeto Político-Pedagógico – PPP bem elaborado e estruturado é importante para o desenvolvimento progressivo da instituição educacional, compreendendo os possíveis impasses presentes na escola e buscando solucioná-los através de ações nele delineadas. Este documento dá a garantia da gestão democrática, pois o mesmo é obrigatório em todas as instituições de ensino, segundo a LDB, assegurando a autenticidade de cada escola, mostrando como funciona a sua gestão de ensino, suas políticas educacionais bem como sua estrutura de ensino, fundamentos, métodos e valores. O psicopedagogo irá seguir o PPP da instituição em que atua, compreendendo e auxiliando nos aspectos que se referem ao ensino e aprendizagem.

No artigo *A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar*, Soares e Sena (2001) discutem sobre a importância do psicopedagogo nas instituições, mostrando os diversos caminhos e dificuldades encontradas pelos professores. Sabemos que na Educação Básica muitos alunos se encontram com dificuldades de aprendizagem, dado por fatores sociais, cognitivos e psíquicos. A família é a principal contribuinte no desenvolvimento da criança, juntamente com a escola.

Dessa forma, segundo Soares e Sena (2001, p. 3-4):

Os pais quando colocam os seus filhos na escola desejam que elas sejam bem sucedidas e por isso quando este desejo não se realiza como esperado, surge a frustração, rotulando muitas vezes a criança como incapaz, surgindo conseqüentemente as dificuldades na aprendizagem. (SOARES; SENA, 2001, p. 3-4).

Nessa direção, dentro da prática psicopedagógica, Soares e Sena (2001, p. 3) afirmam que:

A atuação psicopedagógica se propõe a incluir os pais no processo de desenvolvimento dos seus filhos, por intermédio de reuniões e possibilitando o acompanhamento do trabalho realizado junto aos professores. (SOARES; SENA, 2001, p. 3).

A criança, algumas vezes, apresenta dificuldade de aprendizagem pelo fato de não conseguir assimilar e sistematizar conteúdos, por exemplo, pelo fato de o professor se colocar como transmissor e detentor de conhecimentos, não permitindo que o aluno dialogue com o conteúdo estudado, questionando e interagindo com o meio. O educador deve também assumir a posição de observador, operando resultados por meio de questionamentos feitos pelos alunos

acerca do assunto abordado em sala de aula. O professor aprende e ensina ao mesmo tempo, o aluno também assume o papel de agente contribuinte no processo da descoberta de novos conhecimentos e saberes.

Contudo, dentro do contexto da prática psicopedagógica, o psicopedagogo irá ajudar o estudante a identificar quais são as dificuldades de aprendizagem, encontrar possíveis causas e ajudar a solucioná-las. Crianças e adolescentes, principalmente, são pessoas que transitam por fases distintas e com personalidades em processo de construção. Assim, é de suma importância entender esse indivíduo que está começando sua vida e construindo saberes práticos. Refletir criticamente e compreender aspectos da realidade de cada aluno, esta é a função do professor. O professor enquanto psicopedagogo, promove aprendizagens individuais ou grupais, avaliando os alunos subjetivamente, olhando cada aluno e trazendo o conhecimento para a sua realidade, pois de nada adianta ensinar o aluno sem que o conteúdo esteja na sua linguagem e realidade.

Dessa maneira, nesse processo de aprendente e ensinante, como diz a linguagem da Psicopedagogia, no qual se utiliza muito do termo aprendente, existe a inter-relação professor-aluno, que num processo dialógico, debatem por meio da relação crítico-reflexiva, permitindo que o sujeito sistematize conhecimentos teóricos e práticos, tornando a prática de estudar prazerosa e empolgante. Segundo Coelho (1999, p. 12) *apud* Soares e Sena (2001, p. 4), “o que é ensinado e aprendido inconscientemente tem mais probabilidade de permanecer”.

Portanto, é papel do professor estabelecer a relação teoria e prática, permitindo que o aluno reflita criticamente sobre a sua realidade, inserindo conhecimentos teóricos estudados na escola. Segundo afirma Fernández (2001, p. 30) *apud* Soares e Sena (2001, p. 5):

[...] ser ensinante significa abrir um espaço para aprender. Espaço objetivo e subjetivo em que se realizam dois trabalhos simultâneos: a construção de conhecimentos e a construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante. (FERNÁNDEZ, 2001, p. 30 *apud* SOARES; SENA, 2001, p. 5).

A identificação do sujeito como “ser” se dá pelo acompanhamento processual do desenvolvimento social, cognitivo, moral e psíquico. O ser pensante é aquele que detém conhecimentos diversos, podendo ser o aluno que acabou de entrar na Educação Infantil e não apresenta conteúdos ainda sistematizados pelo educador. É essencial que o professor abra esse espaço de diálogo com seus alunos, aprendendo junto e com eles.

Segundo Soares e Sena (2001, p. 4):

Nesta perspectiva ao psicopedagogo cabe saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende. É preciso, também, que o psicopedagogo saiba o que é ensinar e o que é aprender; como interferem os sistemas e métodos educativos; os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar. (SOARES; SENA, 2001, p. 4).

O psicopedagogo na escola analisa o funcionamento pedagógico, auxiliando professores a lidar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, contribuindo também para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da escola, por meio de reuniões e planejamentos. Auxilia, ainda, a equipe pedagógica, que inclui professores, diretores e coordenadores. Assim, a função do psicopedagogo na escola é orientar o professor com os alunos em dificuldade escolar, propondo avaliações e atividades individuais no contexto daquele aluno que apresenta determinada dificuldade de aprendizagem.

Dessa maneira, conforme afirma Soares e Sena (2001, p. 7):

Nesta perspectiva, refletir sobre a importância do direito de aprender e da necessidade de um psicopedagogo na instituição escolar é algo essencial no planejamento escolar, isto é, para que os professores e toda comunidade escolar possam pensar na busca por parcerias e até mesmo na **regulamentação de um psicopedagogo** qualificado na unidade escolar. (SOARES; SENA, 2001, p. 7, grifo nosso).

Portanto, faz-se necessária a inserção de um psicopedagogo dentro de cada instituição escolar, pois o mesmo contribui na diminuição de alunos que se encontram com dificuldades de aprendizagem, combatendo o fracasso e a evasão escolar, que estão associados aos problemas de aprendizagem escolar. Assim, a Psicopedagogia, tendo como objetivo contribuir para diminuição de problemas de aprendizagem, propõe-se como uma disciplina a mais para a compreensão interdisciplinar do sujeito, auxiliando na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes, através de avaliações, terapias, atividades lúdicas e trabalhos voltados à aprendizagem escolar.

Nesse sentido, segundo Soares e Sena (2001, p. 6):

[...] defende-se a importância do Psicopedagogo Institucional, como um profissional qualificado, que se baseia principalmente na observação e análise profunda de uma situação concreta, no sentido de não apenas identificar possíveis perturbações no processo de aprendizagem, mas para promover orientações didático-metodológicas no espaço escolar de acordo com as características dos indivíduos e grupos. (SOARES; SENA, 2001, p. 6).

Dessa forma, o aluno pode aprender conhecimentos e saberes com o professor, com os próprios alunos e a família. **O conhecimento se dá a partir do entendimento da realidade.**

Se uma dada teoria se encontra fora da vivência do aluno, este não consegue sistematizar e colocar a mesma na prática, na sua realidade. Por isso, a relação teoria e prática se faz necessária, para estabelecer essa completude e êxito na sistematização de teorias, conhecimentos e saberes. Segundo Libâneo (1994, p. 222 *apud* Soares e Sena, 2001, p. 7):

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é, antes, a atividade consciente da previsão das ações político – pedagógicas, e tendo como referência permanente às situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural) que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que integram o processo de ensino. (LIBÂNEO, 1994, p. 222 *apud* SOARES; SENA, 2001, p. 7).

Dessa maneira, o aluno, através da experiência, vai se constituindo e formando, aprendendo e ensinando. Num processo de ir e vir constante, o indivíduo estrutura-se a partir de suas vivências, valores e ideais. “O professor exerce a sua habilidade de mediador das construções de aprendizagem. Mediar é intervir para promover mudanças.” (SOARES; SENA, 2001, p. 6).

Dentro dessa realidade do aluno, o professor contribui para **o pensamento crítico-reflexivo**, ampliando a visão de mundo do aluno, permitindo diversos olhares e perspectivas acerca do mundo a sua volta. **O psicopedagogo promove essa união de saberes, que se consolida através de instrumentos psicopedagógicos e pela busca do desenvolvimento das habilidades.** O estudante, quando consegue identificar o problema e encontrar a solução, consegue de fato ligar o conhecimento à sua realidade. O psicopedagogo contribui nesta conexão do aprendente para sistematizar conhecimentos, que não conseguiu atingir êxito pelo professor. Por isso a importância do auxílio e orientação do psicopedagogo para com o professor. O psicopedagogo identifica as causas das dificuldades de aprendizagem dos alunos e busca saná-las.

No artigo *Professor-psicopedagogo: o que este profissional faz na escola*, Pottker e Leonardo (2014) afirmam que **a grande causa do surgimento do fracasso escolar está no sistema capitalista.** A sociedade capitalista teria, assim, criado o fracasso escolar, uma realidade que existe apenas para estudantes de escolas públicas. Os que se dizem ricos nunca fracassam, estes estão fadados ao sucesso e à prosperidade financeira, tornando-se grandes líderes e empresários. Ao contrário dos pobres, que não veem nenhuma perspectiva de futuro devido ao modelo capitalista massacrando os proletariados, criando sistemas de classes para promover as desigualdades sociais. Sem as desigualdades não existe o capitalismo, pois o capitalismo visa o lucro. O lucro está nos grandes empresários, na classe média e alta.

A classe baixa corresponde aos proletariados, aqueles que necessitam trabalhar quase 24 horas para conseguir o sustento da família, com condições mínimas de vida e sem direito a garantia de trabalho, podendo ser demitidos a qualquer momento. Dessa forma, o sistema capitalista oprime a classe pobre, dando brecha para o discurso da meritocracia e do fracasso escolar imposto pela burguesia. Segundo Pottker e Leonardo (2014, p. 220), “[...] o fracasso escolar é resultado de uma sociedade capitalista que não permite a todos o acesso ao conhecimento”. Assim, dentro do modelo tecnicista de educação, em que as escolas públicas formam pessoas para o mercado de trabalho, os alunos podem ser bons ou ruins.

Já nas escolas particulares, os alunos possuem um sistema diferenciado de ensino, totalmente centrado ao individualismo, permitindo que o aluno olhe o seu colega como um concorrente futuro a fim de disputar a vaga do vestibular, de concorrer a vaga de chefe, ou seja, o que obter melhor desempenho escolar vence. A escola privada visa o conhecimento do aluno para a busca de ascensão financeira futura. A escola pública tenta de todas as formas manter aquele aluno com dificuldades de aprendizagem na escola, pois na perspectiva do capitalismo este já está fadado ao fracasso, a não obtenção e conquista de bens. O capitalismo visa somente o lucro, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais.

Dessa maneira, conforme afirma Weiss (2008) *apud* Pottker e Leonardo (2014, p. 223), “[...] a avaliação é uma investigação para identificar os desvios e obstáculos básicos do modelo de aprendizagem do sujeito que o impedem de crescer na aprendizagem dentro do modelo esperado pelo meio social”. A avaliação escolar não abre espaço para diálogos e questionamentos acerca de novos conhecimentos, a avaliação quer ver somente o desempenho do aluno diante daquele conteúdo estudado. As respostas das perguntas colocadas nas provas devem corresponder ao que está no livro didático, ao que foi falado na sala de aula pelo professor. O aluno não coloca o que pensa de fato, e sim o que acha que deve ter na resposta para estar correta, não correlacionando teoria e prática.

O sistema capitalista molda o indivíduo para o trabalho. As dificuldades de ensino e aprendizagem existentes, principalmente nas escolas públicas, culminam em indivíduos cada vez mais desmotivados, fazendo tudo mecanicamente, sem interesse pelo aprender. O trabalho do psicopedagogo é justamente auxiliar e contribuir com a diminuição da evasão de estudantes, sanando problemas de aprendizagem escolar e o fracasso escolar. Pois muitas vezes, só o professor regente não consegue lidar com todos os casos de dificuldades de aprendizagem na sala de aula, sendo justificável o acréscimo de outro profissional para contribuir no bom desempenho escolar dos alunos, de acordo com o que o sistema educacional brasileiro exige.

Por isso, a importância da regulamentação da profissão de psicopedagogo, inserindo o psicopedagogo em cada escola pública municipal e estadual do Brasil. O professor tem papel de mediar e contribuir para instigar questionamentos nos alunos, acerca de novos conhecimentos e saberes. É notório que o educador deva propor atividades que impulsionem a práxis pedagógica, dentro da relação teórico-prática, para que o aluno reflita criticamente acerca da sua realidade, ampliando a sua visão de mundo.

A Psicopedagogia possui grande influência de Piaget, no qual, segundo Pottker e Leonardo (2014, p. 224):

A grande ênfase na teoria de Piaget está no aspecto individual, na ação do sujeito sobre o meio. Assim, o desenvolvimento psíquico parte do nível individual para o social, ou seja, é na ação do sujeito individual que o conhecimento se estrutura. Trata-se de um referencial que privilegia a construção do conhecimento pela criança nas interações que esta estabelece com o meio onde ela vive, o qual inclui a escola e os professores. (POTTKER; LEONARDO, 2014, p. 224).

Em seguida, Pottker e Leonardo (2014, p. 224) afirmam que:

Dessa forma, o processo de escolarização engloba o conteúdo científico que a criança irá aprender e as mediações que ela receberá do professor, os quais vão resultar no desenvolvimento de suas funções psíquicas e na formação de sua consciência, sendo este o processo caracterizado por Leontiev (1978) como **humanização**. (POTTKER; LEONARDO, 2014, p. 224, grifo nosso).

Portanto, é necessário que a profissão de psicopedagogo se estabeleça dentro das instituições de maneira legitimada pelo Estado, garantindo a efetivação deste profissional no mercado de trabalho e permitindo que o mesmo dialogue no ambiente da sala de aula com o professor regente, colaborando no desempenho e avanço de ensino-aprendizagem dos alunos. Para isso, faz-se imprescindível a promoção de concursos públicos para psicopedagogos, concorrendo a vagas nas escolas públicas, para que as mesmas ganhem visibilidade, valor e importância na sociedade. Incentivando os estudantes a participarem de olimpíadas nacionais, como a OBMEP. Sendo assim, é de suma importância a participação ativa do Estado, juntamente com o MEC, promovendo políticas educacionais que garantam a **autonomia e liberdade do indivíduo pensar e refletir criticamente**.

No que se refere à Psicopedagogia, segundo Bossa (2000) *apud* Pottker e Leonardo (2014, p. 224):

Para Bossa (2000), a formação em Psicopedagogia de muitos cursos do nível de pós-graduação em Psicopedagogia do Brasil, geralmente lato sensu, não preparam o aluno para uma prática consistente, a qual requer grande **conhecimento teórico**. A mesma

autora ainda alerta que é importante, em determinado momento do curso, ocorrer a **vinculação entre teoria e prática**, porém, na maioria das vezes essa articulação não acontece – por exemplo, há cursos que não oferecem ao aluno o estágio supervisionado. (BOSSA, 2000 *apud* POTTKER; LEONARDO, 2014, p. 224, grifo nosso).

Por isso, é importante que todos os cursos de pós-graduação em Psicopedagogia, especialmente os de formação *Lato Sensu*, promovam essa relação teoria e prática, estabelecendo saberes e olhares críticos ante as questões sociais. Infelizmente, ainda há algumas instituições que não garantem a parte prática – estágio supervisionado – na formação *Lato Sensu* em Psicopedagogia, deixando lacunas no que se refere aos conhecimentos acerca da realidade humana e das dificuldades de aprendizagem que se apresentam.

Portanto, é necessário que o psicopedagogo parta da observação e análise do sujeito, de forma individual e subjetiva, entendendo as causas do problema, o que levou ao insucesso no desempenho escolar do aluno. O psicopedagogo utiliza saberes teóricos e práticos de Pedagogia e Psicologia, principalmente, para entender ao todo a complexidade da aprendizagem humana, que é o objetivo central de estudo desta formação. Este profissional busca compreender as dificuldades e auxiliar nos processos de ensino aprendizagem, ajudando no incentivo do aluno em ir para a escola, em aprender cada vez mais, em mostrar a importância da educação na vida do sujeito, este é o papel do psicopedagogo.

No artigo *Fracasso escolar e processo de ensino e aprendizagem*, Rodrigues e Chechia (2017) abordam sobre a construção histórica do chamado fracasso escolar, sua origem, seu discurso, seu significado. Segundo Rodrigues e Chechia (2017), o fracasso escolar surgiu por meio da burguesia, que vendo a necessidade de uma superioridade no quesito aprendizagem e educação, apropriou-se do termo fracasso escolar para designar a alunos que por diversos fatores e/ou motivos apresentam dificuldades de aprendizagem. Este termo está designado principalmente a alunos de escola pública, pois os de escola privada possuem, segundo a concepção da classe média, atributos e meios necessários para aprendizagem dos estudantes, não apresentando o fracasso escolar, pois este estaria presente em alunos de escola pública.

A ideia de fracasso escolar surgiu na concepção capitalista, já que as escolas privadas precisam ser vistas como uma educação de melhor qualidade, e as escolas públicas são de ensino sucateado e sem autonomia do governo para gerir de forma positiva. Deve ser apresentada por parte do Estado políticas educacionais de qualidade e colocando-as em prática, garantindo a gestão democrática por meio de uma boa elaboração e desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico.

As escolas públicas são tomadas pela ideia tecnicista, em que forma o cidadão para trabalhar, necessitando terminar os estudos e ir trabalhar, ou mesmo interrompê-los pois não tem condições de continuar devido a justificativa de ajudar a família com as finanças da casa, ou mesmo por se sentirem desmotivados de continuar, já que sabem que não irão prosperar no sistema capitalista, pois os ricos possuem uma educação “melhor” e, portanto, tem condições de enriquecerem.

Segundo Rodrigues e Chechia (2017, p. 33) *apud* Paula (2009) e Baeta (1992):

Em concordância a essa explicação Paula (2009), Baeta (1992) acrescentam que não ter atenção e carinho, tomar conta dos irmãos, e até mesmo não ter espaço apropriado para estudar, é um dos fatores disparadores e contribuintes para a concretização do fracasso escolar. (RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 33 *apud* PAULA, 2009; BAETA, 1992).

Dessa forma, a desmotivação em estudar é justificada pelo fato de estar inserido na classe baixa, aumentando ainda mais a forma massacrante de desigualdades sociais criadas para obtenção de lucro da globalização, do capitalismo. Assim, na Era Digital que estamos vivenciando hoje, a necessidade de observar e compreender os indivíduos é ainda maior, pois muitos se encontram desanimados com o ensino a distância ou o chamado ensino remoto. É crítico ver o crescimento do percentual de alunos que se encontram dentro da concepção de fracasso escolar, e esse número vem crescendo cada dia mais. “De acordo com Bossa (2002), tão importante como a relação do indivíduo consigo mesmo, são as relações interpessoais que se processam entre o aluno e seu mundo social e emocional.” (RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 31).

Por isso a importância da inserção do psicopedagogo dentro de cada instituição de ensino, principalmente na rede pública. Para que este profissional consiga atender a uma demanda de alunos que possuem diversas particularidades, analisando aquele sujeito como único, com um olhar de igualdade e afetividade, um olhar que inclui, enfatizando suas vivências, experiências e especificidades. O psicopedagogo irá traçar novos modos de pensar para o aluno, buscando estratégias de desenvolvimento de ensino-aprendizagem daquele indivíduo, possibilitando ampliar sua visão de mundo, mostrando sua potência e importância para a sociedade e para si mesmo. Segundo Benetti (2006) *apud* Rodrigues e Chechia (2017, p. 33-34):

Certos padrões de relação conjugal, especialmente os relacionados à grande adversidade e violência, foram associados a desordens no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, inclusive psicofisiológicas em crianças e adolescentes. (BENETTI, 2006 *apud* RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 33-34).

Dessa maneira, podemos concluir que é de suma importância a família, primeiramente, observar a criança como um todo, analisar as possíveis causas do fracasso escolar, buscando formas de sanar. O psicopedagogo contribuirá neste processo, fazendo intervenções por meio de testes, avaliações e sondagens, analisando a vida do aluno como um todo. O sujeito como um ser pensante, a criança como um ser biopsicossocial. Conforme afirma Rodrigues e Chechia (2017, p. 35):

Sendo assim, a família, os pais pode ser uma parcela, aparentemente, maior no que se refere a cuidados com seus filhos para que o fracasso escolar não chegue até eles, sendo necessário que afeto, atenção e estimulação da aprendizagem sejam contínuos. (RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 35).

O professor também é importante para o desenvolvimento de ensino-aprendizagem, pois é ele o principal agente direto de identificação dessas dificuldades de aprendizagem, promovendo e garantindo que o aluno aprenda de forma significativa. Por isso, é importante analisar o perfil de vida de cada aluno, pois muitas vezes este não possui bagagem de conhecimentos suficientes para aprender determinado conteúdo, utilizando o professor de um diálogo crítico e reflexivo por meio da relação teoria e prática, com diferentes abordagens e linguagens conforme a necessidade de cada aluno.

Dessa forma, muitas das vezes, o psicopedagogo identifica a falta de relação entre professor e aluno, prejudicando e podendo ser esta a causa dos problemas de aprendizagem, esta relação que não é estabelecida de forma concreta, pode estar na falta de afetividade entre professor-aluno, na didática proposta pelo professor. A escola, portanto, deve contribuir para que o ambiente pedagógico seja um espaço amplo, de caráter libertador e progressista, assumindo o papel de agente direto para o cultivo de bons resultados para o indivíduo, podendo este sair da escola ao final da educação básica, com conhecimentos ricos que o definirão como um sujeito de saber completo, que detém de diversos conhecimentos teóricos e práticos, refletindo criticamente e ampliando sua realidade.

O governo, juntamente com o Ministério da Educação devem contribuir para que esse ensino completo seja estabelecido em cada cidadão, promovendo políticas educacionais de qualidade, reorganizando a estrutura de ensino do Brasil, permitindo que todos vejam a importância do ensino público, enaltecendo o ensino e pesquisa das escolas e universidades públicas. As escolas públicas devem ser de gestão pública e não privada. Não a privatização das escolas! Devemos ir às ruas pedir melhoria e garantia de educação pública de qualidade.

No artigo *Psicopedagogia: sua história, origem e campo de atuação*, Anjos e Dias (2015) articulam a respeito das teorias históricas que compõem o campo da Psicopedagogia. Atualmente, segundo Sisto (1996) *apud* Anjos e Dias (2015, p. 7), “[...] a psicopedagogia no Brasil tem sido sustentada, sobretudo, por três pilares, a psicanálise, o associacionismo e o construtivismo.”

Assim, a origem da Psicopedagogia baseia-se principalmente do campo da Psicologia para entender os processos cognitivos do indivíduo, buscando compreender as causas que ocasionaram os problemas de aprendizagem. O psicopedagogo analisa e observa individualmente cada ser, auxiliando-o de forma subjetiva, buscando evitar os fatores que levam ao fracasso escolar, esse é o papel do psicopedagogo, prevenir e contribuir para que os estudantes avancem resultados no processo de ensino-aprendizagem, mostrando maneiras de como aprender a apreender, do seu modo e de acordo com suas vivências e bagagem escolar.

Por isso é importante que o psicopedagogo analise minuciosamente a vida daquele indivíduo, compreendendo-o dentro de suas dificuldades e limitações, analisando o espaço escolar, a sala de aula, a relação entre o professor, a relação com a família. Tudo isso são aspectos decisivos para auxiliar no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos estudantes. Nas escolas, muitas vezes o professor não compreende o papel social do psicopedagogo, achando o seu método invasivo e não determinante para o auxílio de alunos com dificuldades de aprendizagem. Muitas vezes, as mudanças necessárias mexem com a estrutura da sala de aula, que já está planejada metodicamente, de acordo com o plano de aula semanal ou mensal desenvolvido pelo professor regente.

Dessa forma, é importante a compreensão do professor diante ao psicopedagogo, fazendo adaptações no que for necessário para a aprendizagem significativa dos alunos. O psicopedagogo estudou durante sua formação em Psicopedagogia, portanto, ele sabe quais meios interventivos deve utilizar no contexto escolar. Ressaltando a importância da afetividade para que ocorra a aprendizagem, segundo Anjos e Dias (2015, p. 7), “para que aconteça a aprendizagem é importante que se estabeleçam vínculos afetivos, pois eles possibilitam o desenvolvimento”.

O professor como mediador direto do educar, deve buscar meios de aproximação e contato direto do aluno, entendendo a vida de cada um, bem como sua trajetória, contexto de vida e desafios traçados ao longo da vida. O educar se dá pela afetividade, pela conexão direta entre professor e aluno, só assim é possível estabelecer a relação teórico-prática. Aprendendo junto com o aluno, o professor se torna eterno no coração de cada um, consolidando saberes que serão utilizados por toda a vida.

A família como principal influente, deve compreender as dificuldades que aquele estudante apresenta e buscar formas de ajudá-lo. O psicopedagogo poderá contribuir nesse contexto, atuando diretamente na vida do aluno, identificando causas e processos que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem. “Para Piaget as relações sociais são determinantes para o desenvolvimento, pois o sujeito influencia e acaba por ser influenciado pelo ambiente social.” (ANJOS; DIAS, 2015, p. 6).

Nesse sentido, as autoras destacam o materialismo-histórico, teoria originada das ideias de Karl Marx. Esta teoria preconiza a importância da influência social para construção e desenvolvimento cognitivo do ser. As relações sociais se dão no âmbito das experiências e vivências de cada indivíduo, que conforme evolui aprende com suas práticas. A criança só aprende vendo, “pegando”, internalizando, observando, questionando. Por isso é justificável que a criança questione muito, e o adulto muitas vezes não tem paciência de responder todas as perguntas. É importante que o adulto instigue na criança o pensamento crítico e reflexivo, levando ela a compreensão de mundo através da práxis educativa, ou seja, da relação teoria e prática.

Masini (2006) dialoga a respeito dos impasses em relação à profissão de Psicopedagogia, delineando por meio de análise crítica e reflexiva a compreensão histórica da Psicopedagogia, seu surgimento e desafios presentes no século XXI. Conforme Masini (2006, p. 249):

A Psicopedagogia, como área de estudos, surgiu da necessidade de atendimento e orientação a crianças que apresentavam dificuldades ligadas à educação, mais especificamente à sua aprendizagem, quer cognitiva, quer de comportamento social. (MASINI, 2006, p. 249).

Segundo Masini (2006, p. 250), a Psicopedagogia surgiu na Europa, especificamente na França em 1920, passando para o Brasil sob influências da Argentina na década de 50. Dessa forma, a partir das reflexões trazidas nos dois quadros abaixo, temos primeiramente no quadro I, a linha histórica da Psicopedagogia na Europa:

QUADRO 1 – Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia na Europa

Quadro 1 – Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia na Europa.			
1920	1946	Década de 60	Década de 70
<p>Áustria Clínicas Pedagógicas Orientação de professores para trabalha- rem com dificuldades educacionais. Adler⁵</p>	<p>Academia de Paris 1º Centro Psicopedagógico "Claude Bernard" – para crianças com problemas escolares e/ou de comportamento.</p> <p>Mauco (1964), diretor dos Centros Pedagógicos, esclarece a denominação: sendo "psicopedagógico", os pais levariam com mais facilidade seus filhos do que "médico-pedagógico". Equipe dos centros: médicos, psicólogos, psicanalistas, pedagogos, reeducadores de psicomotricidade/ escrita e grafia. O Médico era responsável pelo diagnósti- co e pela orientação para o tratamento e reeducação. O diagnóstico pedagógico visava esclarecer a inadaptação escolar e social e corrigi-la. Título da publicação de Mauco sobre os Centros Psicopedagógicos: "A adaptação escolar e social e seus remédios."</p>	<p>Discordâncias na concepção diagnóstica. Vasquez e Oury⁴ questionam a Educação e a Psicologia. Renunciam à "ótica" do "medir, testar, rotular". Criticom as referências padronizadas, descontextu- alizadas. Desenvolvem Pedagogia Institucional: pedagogo e psicóloga convivem com professores e alunos, participando de todas as atividades – nas quais conhecem os alunos e propõem novas atividades para seu desenvolvimento.</p> <p>Manonni³⁻⁷ reiterava essas críticas afirmando: diagnos- ticar, encaminhar para a reeducação para adaptar a criança à Sociedade e à Escola não é educar, é adestrar é submetê-la docilmente às instituições e a uma sociedade onde deve ser eficiente. Critica o diagnósti- co que fragmenta a criança e encaminha para atendi- mento especializado com finalidade de readaptá-la.</p>	<p>Instituto de Pesquisa e Documen- tação Pedagógica de Paris publica, em 1972, debate sobre o tema "problema escolar x inadaptação- patologia" No enfoque "inadap- tação", estava Heuyer⁸, eminente neuropsiquiatra infantil na França -reprovava nos pedago- gos atitudes "anti-médicas", e reivindicava a criança inadaptada como propriedade de sua área de atuação. Heuyer denominava inadaptadas ou deficientes crianças com dificuldades ou atraso escolar, enfatizando a importância do diagnóstico completo de psiquiatria infantil para estabelecer a etiologia e avaliação orgânica e psicológica para tratamento médico e educação apropriada. No enfoque "problema escolar", Bloch Laine, encarregado pelo Primeiro Ministro francês, mostrava que o excessivo número de fracassos na escola não podia ser atribuído à patologia da criança. Dessa forma, pôs em questão as "patologizações" ligadas ao fracasso escolar, enfatizando o aspecto social.</p>

Fonte: Masini (2006, p. 250).

No quadro II, a seguir, a linha histórica da Psicopedagogia no Brasil. A primeira psicopedagoga que tivemos no Brasil foi a Genny Golubi de Moraes, que trabalhou na Clínica Psicológica da PUC-SP, de 1959 até 1996. A mesma, segundo Masini (2006, p. 253), foi "[...] convidada por Ana Maria Poppovic: acompanhamento a crianças com dificuldades escolares. Atendia crianças, em grupos de 5, dando exercícios gráficos e corporais para a lateralidade". Segundo Masini (2006, p. 253), a partir do quadro II temos a delimitação histórica da evolução da Psicopedagogia no Brasil, destacando importantes marcos e pesquisadores que contribuíram para o processo construtivo da Psicopedagogia no Brasil:

QUADRO 2 – Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia no Brasil

Quadro 2 - Breve esboço de uma linha histórica da Psicopedagogia na Brasil.		
Década de 50	Década de 70	Década de 80
<p>Genny Golubi de Moraes, psicopedagoga de 1959 até 1996, realizou trabalho pioneiro, na Clínica Psicológica da PUC-SP, convidada por Ana Maria Poppovic: acompanha-mento a crianças com dificuldades escolares. Atendia crianças, em grupos de 5, dando exercícios gráficos e corporais para a late-ralidade. As crianças eram observadas em atividades, para ser identificada qual era a dificuldade de cada uma e se seria necessário atendimento separado do grupo (Rubinstein¹⁰). Coordenou a formação em psicopedagogia nessa Universidade. Sua forma-ção recebeu influência marcante da psicopedagogia francesa. Formava, em geral, pedagogas, afirmando que as psicólogas, de modo geral, não se interessavam por essa área.</p>	<p>Ana Maria Poppovic¹¹⁻¹³ interessa-se pela psicopedagogia e realiza pesquisas e publica livros e artigos sobre: realização escolar, criança culturalmente marginaliza-da, escola, comunidade, currículo, orienta-ção cognitiva, ensino-aprendizagem.</p> <p>Início de Cursos de Especialização em São Paulo (Instituto Sedes Sapientiae), em 1978 – Masini. Objetivo: fornecer recursos a profissionais para compreenderem e lidarem com o processo de aprendizagem – condições que facilitam e recursos para prevenir proble-mas nessa área, recursos para diagnosticar e lidar com dificuldades de aprendizagem em situações reais (Masini¹⁴).</p> <p>1979 Vassimon Objetivo: formar educadores especia-lizados, capazes de lidar com adaptação e reintegração dos alunos, nas defasagens de aprendizado. Integravam-se, na prática, mecanismos psicológicos e construções do conhecimento além dos fundamentos pedagógicos. (Carvalho et al.¹⁵).</p> <p>Início de dissertações, pesquisas, publica-ções sobre processo de aprendizagem e relações professor aluno – Ronca¹⁶, Masini¹⁷, Oliveira Neto¹⁸, Saad¹⁹.</p>	<p>Fundada a Associação Estadual de Psicopedagogia de São Paulo (1980).</p> <p>Início da publicação do Boletim da Associação de Psicopedagogia (1982).</p> <p>Publicações: artigos em periódicos e livros. Gatti et al.²⁰ Moreira & Masini²¹, Patto²².</p> <p>1º Curso pós lato sensu em Psicopedagogia, surge em 1985, na Universidade São Marcos – cidade de São Paulo. Atendimen-tos a alunos universitários com dificuldades de aprendizagem em Centro de Atendimento em Psicologia Educacional (CAPE), Universidade São Marcos (Masini & Baptista²³).</p> <p>Associação Estadual de Psicopeda-gogia passa a Associação Brasilei-ra de Psicopedagogia, em 1988, com núcleos em vários Estados.</p> <p>Início da publicação de PSICOPEDAGOGIA – Revista da ABPp, em 1991.</p>

Fonte: Masini (2006, p. 253).

Dessa maneira, segundo Masini (2006, p. 253), Poppovic foi responsável por coordenar a formação de Psicopedagogia na PUC-SP, sendo a grande maioria dos alunos formados em Pedagogia. Os/as psicólogos/as, geralmente, não se interessavam pela formação em Psicopedagogia. Na década de 70, Poppovic se entusiasmou pela Psicopedagogia, pesquisando e publicando diversos livros e artigos sobre o tema em questão. Em 1978, surgiram os primeiros cursos de especialização no Instituto Sedes Sapientiae – SP, e na década de 80 criou-se a Associação Estadual de Psicopedagogia de São Paulo (1980). O primeiro Curso de pós-

graduação lato sensu em Psicopedagogia surge em 1985, na Universidade de São Marcos, na cidade de São Paulo.

Conforme Masini (2006), o grande debate em questão está em não haver um objeto de estudo específico da Psicopedagogia, abrangendo outras áreas do saber, como a Pedagogia e Psicologia. O caráter amplo da Psicopedagogia acaba dificultando análises sistemáticas e aprofundamentos acerca desse assunto.

A aprendizagem humana se dá de diversas formas, por diferentes estímulos externos e internos. A família é a principal responsável por estabelecer esse vínculo afetivo entre professor e aluno, em incentivar os estudos e o prazer pelo aprender cada vez mais. Quando a criança não apresenta esses estímulos positivos dentro de casa, a tendência é a desmotivação em ir para a escola aprender. O desinteresse por aprender pode estar associado a problemas emocionais, mesmo que a família incentive o gosto pelos estudos, a criança, o adolescente ou o jovem, não estão motivados em continuar os estudos. O insucesso escolar pode ocasionar no fracasso ou na evasão escolar, por exemplo, devido à dificuldade de aprendizagem que o aluno se encontra, desencadeando em depressão, desânimo, baixa autoestima.

Muitas vezes a escola trata o aluno como uma máquina, capaz de desempenhar funções, agir corretamente sempre, ter bons desempenhos nas avaliações, sem olhar para o sujeito como um “ser” capaz de pensar, de errar, de questionar, de evoluir e aprender. Albert Einstein, por exemplo, foi um grande físico e cientista que desenvolveu teorias fantásticas como a Teoria da Relatividade. Porém, em suas séries iniciais teve muita dificuldade em se adaptar aos moldes e sistema de ensino tradicional da época. Einstein tirava notas ruins em algumas disciplinas e por isso era considerado “mau aluno”, o que demonstra ser um grande equívoco basear-se em notas e números, pois quantos gênios teríamos no mundo se não fossem avaliados por notas e exames. Muitas vezes o aluno transcreve o que estudou na prova, sem construir uma ideia ou pensamento sobre o tema.

A falta de autonomia e liberdade dos alunos gera o que chamamos de fracasso escolar. E se Albert Einstein tivesse desistido de estudar? E se ele simplesmente tivesse descreditado de suas capacidades de aprender mais e mais? Segundo Masini (2006, p. 255), “O Brasil, em 2001, entre 32 países avaliados, ficou em último lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), cuja ênfase era a compreensão de textos”. Os alunos não souberam interpretar o que estava escrito no texto. Também existe o problema relacionado à distorção idade-série, ou seja, alunos que estão acima da idade considerada adequada. Essa porcentagem tem crescido cada vez mais, havendo um número alarmante de estudantes em idade avançada no Ensino

Médio. Sendo assim, onde está a causa da dificuldade de aprendizagem? No sistema, nas demandas de ensino, na falta de políticas públicas?

CAPÍTULO 2 – A PSICOPEDAGOGIA E O PSICOPEDAGOGO: A REGULAMENTAÇÃO EM DEBATE

No artigo, *Problemas da educação: o caso da psicopedagogia*, Odair Sass (2003) se posiciona contra a regulamentação da Psicopedagogia, por considerar que pode ser utilizada de maneira corporativista. Acentua, ao invés disso, a necessidade de mais pesquisas científicas em cursos de pós-graduação, especialmente na formação *Lato Sensu* em Psicopedagogia. Sass (2003) instiga o debate crítico em torno dessa profissão e de uma possível regulamentação.

Para o autor, a Psicopedagogia é mais uma maneira de incorporação do corporativismo sem um embasamento teórico-prático específico. Defende, assim, que somente a Psicologia poderia trabalhar transtornos psicológicos, envolvendo dificuldades de aprendizagem, pois o campo possui suporte teórico suficiente para propor terapias e aplicar diagnósticos. Segundo Sass (2003), o Psicopedagogo não possui formação suficiente para exercício de terapias e atuação em clínicas. Nesse sentido, segundo Sass (2003, p. 6):

[...] se o psicólogo é um “quase-médico”, como vaticinou um psicólogo norte-americano, no final da década de 1960, então muitos pedagogos são, guardadas as proporções, “quase-psicólogos”. Em outras palavras, uma das oscilações da pedagogia para o enfrentamento dos problemas pedagógicos, nos termos aqui apresentados, corresponde à modalidade clinicalista do psicologismo. (SASS, 2003, p. 6).

Ademais, Sass (2003, p. 9) afirma que:

A psicopedagogia, admitida como esforço de articulações de conhecimentos produzidos por ciências tão distintas quanto a biologia, a psicologia, a medicina, a lingüística, a sociologia, é de todo modo, de acordo com os autores que a reivindicaram, uma realização da educação escolar, no âmbito da escola e da sala de aula; não uma realização em clínicas e consultórios, ou por um modo clinicalista de analisar os problemas pedagógicos. (SASS, 2003, p. 9).

Em direção contrária ao movimento a favor da regulamentação da Psicopedagogia, Sass (2003) entende que a regulamentação da profissão do psicopedagogo não irá contribuir para o enfrentamento da problemática do fracasso escolar e da evasão de alunos na educação do Brasil, geralmente observada em maior escala nas escolas públicas estaduais e municipais. Segundo Sass (2003, p. 8):

[...] em suma, a psicopedagogia, no Brasil, pretende ser inserida, de modo predominante, como “solução nova” dos velhos problemas escolares os quais tanto a pedagogia quanto a psicologia (e suas variantes psicologia da educação, psicologia

escolar e psicologia clínica) fracassaram, por fatores objetivos, solenemente em resolver. (SASS, 2003, p. 8).

Para as instituições escolares, principalmente as privadas, é importante que os alunos tenham bons resultados e boas notas no boletim escolar, aprendendo por meio de práticas pedagógicas, estabelecendo saberes dentro da relação teoria e prática. Sass (2003) reforça que as únicas profissões regulamentadas no Brasil são a Medicina, Direito e as Engenharias. Segundo ele, a Psicopedagogia é vista como um “problema” na educação, uma vez que a mesma contribui para a desvalorização da profissão de Psicologia. Assim, em relação à Psicologia no campo educacional, Sass (2003, p. 6) afirma que:

[...] a determinação da psicologia sobre o campo educativo ensejou o que muitos denominam corretamente de psicologismo, isto é, a redução da explicação de fenômenos sociais e políticos complexos e objetivos à esfera da subjetividade, das vontades, dos interesses e das limitações individuais. (SASS, 2003, p. 6).

Dessa forma, segundo Sass (2003), a Psicopedagogia poderá servir como um acréscimo de conhecimentos para o pedagogo, sem a necessidade da regulamentação da Psicopedagogia e do exercício livre da profissão do campo clínico e institucional. De acordo com o autor:

[...] parece plausível que um esforço para sustentar a superação dos abismos existentes entre a psicologia e a pedagogia na educação, com base na articulação dos conselhos profissionais e das entidades sindicais da psicologia, das associações de professores, dos centros de educação, de pesquisadores de universidades e das instâncias legislativas comprometidas com a escola pública, visasse com seriedade e crítica às possibilidades de resolução dos problemas psicopedagógicos que, não menos que outros estruturais, causam o sofrimento psíquico de tantas crianças, jovens, professores e pais, bem como o fracasso escolar. (SASS, 2003, p. 10).

Em direção oposta ao que Sass (2003) defende em seu artigo, os psicopedagogos são profissionais de nível superior, havendo níveis de formação e modalidades de curso. Segundo as Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil (ABPp, 2021), “a formação do psicopedagogo ocorre em níveis de graduação e de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado profissional)”. Neste viés, os psicopedagogos têm sim o direito de exercer sua profissão de forma plena e efetiva, com base legal que os estabeleça. É preciso que o Senado Federal aprove a inclusão do psicopedagogo na LDB, para mostrar a importância deste profissional dentro das escolas para lidar com o processo de aprendizagem humana.

Para isso, entende-se nesta pesquisa, a conquista do campo psicopedagógico, da aprovação feita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal em 2014, no qual foi aprovada a regulamentação da profissão de psicopedagogo, através do Projeto de Lei nº 31,

de 14 de abril de 2010 (nº 3.512/2008, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira). O Projeto de Lei nº 3.512/2008, “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia”, segundo Teixeira (2008, p. 1). Sendo este PL dividido em nove artigos formulados pelo Congresso Nacional. Assim, de acordo com Teixeira (2008, p. 1), o primeiro e o segundo artigo apresentam-se da seguinte forma:

Art. 1º É livre, em todo o território nacional, o exercício da atividade de Psicopedagogia, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País:

I - os portadores de diploma em curso de graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente;

II - os portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas e carga horária de 80% na especialidade.

III - os portadores de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta Lei. (TEIXEIRA, 2008, p. 01)

Portanto, diversos estudos defendem a regulamentação da profissão de Psicopedagogia, lembrando que desde 1970 a Psicopedagogia surgiu no Brasil, com o intuito de diminuir o número de estudantes com dificuldades de aprendizagem. Assim, compreende-se que este profissional pode contribuir para a melhoria e efetivação do processo de aprendizagem dos alunos, ajudando-os a superar suas dificuldades de leitura e escrita e de interpretação de textos e permitindo a diminuição do insucesso escolar, que acaba gerando o fracasso e a evasão escolar.

Nesta direção, Gonçalves (2019) discorre sobre os processos históricos e legais que ocorreram no Congresso Nacional, do ano de 1997 até o dia de hoje, colocando em ordem cronológica todos os trâmites legislativos. Dessa forma, em 1997 tivemos o Projeto de Lei nº 3.124, do deputado Barbosa Neto, que deu início ao processo de regulamentação da Psicopedagogia, em especial, no Legislativo. Tal PL foi arquivado no ano de 2007 “[...] com fundamento no art. 105 (encerramento de legislatura)”, segundo Gonçalves (2019, p. 1).

Em 2008, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei original nº 3.512 da Deputada Professora Raquel Teixeira. Entretanto, em 2010 ocorreu um avanço no processo de regulamentação da Psicopedagogia, ao ser apresentado o Projeto de Lei nº 31, de 14 de abril de 2010 (nº 3.512/2008, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira). Aprovado em 2014 pela CAS do Senado Federal, tornando-se uma vitória para os profissionais em Psicopedagogia.

Dessa maneira, segundo Gonçalves (2019, p. 1), “[...] foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal o parecer que regulamenta o exercício da atividade de Psicopedagogia”. Atualmente, o PL nº 31/2010 foi aprovada no Senado Federal em 2014, que dispõe da regulamentação da profissão de psicopedagogo. Assim, segundo consta na explicação da emenda:

Especifica os profissionais aptos a exercerem a atividade de psicopedagogia; determina as atribuições do psicopedagogo; impõe a obrigatoriedade de observância de sigilo profissional; dispõe sobre a necessidade de inscrição junto ao órgão competente para o exercício da profissão; define infrações disciplinares. (SENADO FEDERAL, 2020).

Gonçalves (2019) ressalta a importância da regulamentação da profissão e exercício da Psicopedagogia, fazendo menção à prefeitura municipal de São Paulo, que em 2013, sancionou a Lei nº 15.719, de inclusão do psicopedagogo na Rede Municipal de Educação. Esta lei tornou-se um exemplo memorável para o avanço e atuação do psicopedagogo nas escolas. Dessa forma, segundo Gonçalves (2019, p. 1):

De acordo com esta lei, a assistência psicopedagógica terá como objetivo diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem em alunos de instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em seguida, o Decreto nº 55.309, de 17/07/2014, regulamentado pela Portaria nº 6.566, de 24/11/2014, em São Paulo, criou um núcleo multiprofissional, nos quais os psicopedagogos são fundamentais na composição da equipe e no atendimento às unidades educacionais. A equipe multidisciplinar é composta por pedagogo, assistente social, fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo. Nesta realidade da cidade de São Paulo, os chamados NAAPA – Núcleo de Acompanhamento e Apoio para a Aprendizagem – têm uma feição psicopedagógica. (GONÇALVES, 2019, p. 1).

Atualmente, a Psicopedagogia conta com três Projetos de Leis que buscam incluir a assistência psicopedagógica dentro das escolas públicas de todo o Brasil: os PL 7646/2014, PL 8225/2014 e PL 209/2015. Assim, segundo Gonçalves (2019, p. 1), em 2016, “a Comissão de Educação da Câmara Federal aprovou proposta que deixa a cargo de cada sistema de ensino (federal, estaduais e municipais) a implementação do atendimento psicopedagógico de seus alunos”. As duas últimas propostas acima – PL 8225/2014 e PL 209/2015 – objetivam a inclusão e obrigatoriedade do Estado através da LDB, de garantir o acesso de assistência psicopedagógica dentro das instituições públicas de ensino, assegurando a todos o direito de estudar, de aprender igualmente, conforme a necessidade de cada sujeito.

O PL 87646/2014 têm como proposta, “institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino”. (BRASIL, 2014, p. 1). No artigo 1º desta proposta consta que:

Artigo 1º. Fica instituído o programa de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública, como medida de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizado, bem como combater a violência nas escolas e incentivar o exercício da cidadania nessas instituições. (BRASIL, 2014, p. 1, grifo do autor).

Na proposta do PL 8225/2014, é proposto o acréscimo do inciso VIII ao artigo 24 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Desta forma, consta-se no artigo 1º que:

Art. 1º Acrescente-se o inciso VIII ao artigo 24 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com a seguinte redação: “Art. 24. VIII - cabe a cada sistema de ensino implementar o atendimento psicopedagógico na instituição.” (NR). (BRASIL, 2014, p. 1, grifo do autor).

O autor desta proposta, deputado Thiago Peixoto, justifica que a prática psicopedagógica colabora com a diminuição do número de alunos com insucesso escolar, que gera o fracasso e a evasão escolar, tudo isso ocasionado pela dificuldade de aprendizagem escolar que o aluno apresenta.

O PL 209/2015, tem como proposta instituir o atendimento psicopedagógico na Educação Básica. Segundo o artigo 1º deste PL, temos que:

Art. 1º A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A: “Art. 28-A. Nos estabelecimentos de ensino da educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatória a oferta de assistência psicopedagógica por profissional habilitado, durante o período escolar, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem.” (NR). (BRASIL, 2015, p. 2).

Portanto, como se observa, o debate sobre a Psicopedagogia tem sido intenso e com grandes saltos positivos, tanto na produção científica como no debate legislativo dos Projetos de Leis em curso, especialmente no Legislativo. O propósito desta pesquisa é exatamente aprofundar nestes estudos, visando compreender criticamente o debate nesta área, haja visto que é também um espaço de reflexão e atuação no campo da Pedagogia. Dessa forma, podemos concluir que, segundo consta na justificativa do PL 209/2015 (BRASIL, 2015, p. 4):

Cabe ao legislador, portanto, suprir a lacuna existente hoje na LDB no que concerne a assistência psicopedagógica, de forma a dar a todos os educandos idênticas oportunidades respeitadas as necessidades especiais e a complexidade do “ser interior”, condições imprescindíveis para seu pleno desenvolvimento e sem as quais não há que se falar em inclusão. (BRASIL, 2015, p. 4).

Silva e Lorenzini (2017) discutem a respeito da regulamentação da Psicopedagogia a partir da análise de quatro artigos da Revista Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp, 2021), promovendo o debate crítico ao compará-los com as Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil da ABPp. Foram encontrados somente quatro artigos para a busca de formação em Psicopedagogia, mesmo que o mesmo venha sendo debatido desde 1997 no Poder Legislativo, com as propostas de regulamentação da profissão de psicopedagogo e aprovação da mesma no Senado Federal em 2014, a partir da PL nº 31/2010.

Dessa forma, segundo Silva e Lorenzini (2017, p. 2):

Por mais que tenham se passado 58 anos desde os primeiros registros da atividade de uma psicopedagoga no Brasil, que haja aqui no país formação específica na área de Psicopedagogia desde a década de 1970 e que existam desde 1997 projetos de lei para regulamentar esta profissão, ainda não há uma definição desta situação. Projetos de lei foram apresentados nos anos 1997 (PL 3.124), 2008 (PL nº 3.512-C) e 2010 (PL nº 31), no entanto, nenhum deles entrou em vigor na forma de Lei. (SILVA; LORENZINI, 2017, P. 2)

Os autores enfatizam e lamentam que mesmo que a atuação e a prática psicopedagógica sejam recente no Brasil, o debate em torno desta profissão ainda é lento, precisando reaver várias lacunas presentes na educação, considerando a importância e relevância social do psicopedagogo no contexto do desenvolvimento do processo de aprendizagem humana, promovendo um debate crítico e reflexivo acerca da realidade do Brasil, compreendendo cientificamente a sua atuação nas escolas, através de saberes críticos, debatendo sempre a situação atual do processo educativo.

Dessa maneira, segundo Silva e Lorenzini (2017, p. 3), os quatro artigos trabalhados da Revista Psicopedagogia da ABPp foram:

“Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios” de Elcie Masini (2006); “Diagnóstico psicopedagógico: uma experiência vivida no espaço de formação do curso de Psicopedagogia” de Anete Fernandes (2012); “Estudo comparativo sobre a formação em psicopedagogia em três países: Argentina, Brasil e Espanha” de Jane Santos (et al, 2012); e “A formação e regulamentação das atividades em psicopedagogia” de Neide Noffs (2016). (SILVA; LORENZINI, 2017, p. 3)

Dentro do contexto da aprovação da regulamentação da Psicopedagogia, em especial no Legislativo, dois artigos na Revista Psicopedagogia falam a respeito de não haver essa

necessidade, e outros dois abordam a luta política de anos pela regulamentação da profissão, ainda que o objetivo central da Psicopedagogia está no estudo da aprendizagem humana, analisando o indivíduo conforme a sua realidade, buscando explorar fatores que bloqueiam sua capacidade de desenvolver o ensino-aprendizagem na escola.

Neste sentido, conforme afirma o deputado Neto, autor do PL 3.124/1997, a Psicopedagogia se dá:

[...] a partir de um curso de especialização em nível de pós-graduação universitária, capaz de desempenhar um papel específico nas dificuldades do processo de aprendizagem com uma sólida fundamentação centrada no conhecimento científico, o qual deve ser trabalhado por um conjunto de disciplinas que possibilitem a compreensão dos problemas no processo de aprendizagem de forma global e não fragmentada, constituindo uma estrutura com programação inter-relacionada e com processo conjunto de avaliação (NETO, 1997, *s/p apud SILVA; LORENZINI, 2017, p. 5*)

Uma grande questão que os autores colocaram em pauta é a relação que a Psicopedagogia estabelece com outras áreas do saber, dificultando o estabelecimento de um objeto de estudo específico. Assim, segundo Masini (2004 *apud SILVA; LORENZINI 2017, p. 6*):

Outra empasse que Masini (2004) apresenta, se relaciona com o desempenho de funções, por parte do psicopedagogo, que fazem interface com outras áreas: Psicologia Educacional; Didática e Ensino; Psicoterapia; Psicologia Institucional; e Educação Especial. Entretanto, a pesquisadora considera que há um consenso de que a Psicopedagogia lida com questões referentes aos processos de aprendizagens e seus bloqueios. (MASINI 2004 *apud SILVA; LORENZINI 2017, p. 6*).

Segundo Silva e Lorenzini (2017, p. 12), “nessa mesma lógica, as diretrizes afirmam que o profissional da psicopedagogia deve ter conscientização da diversidade, respeitando as diferenças”. Assim, mesmo sabendo que a Psicopedagogia possui interface com outras áreas do saber, é notório identificar o caráter interdisciplinar da Psicopedagogia, agregando e respeitando diversos conhecimentos teóricos, estabelecendo uma relação com outras áreas do saber, tais como Pedagogia e Psicologia, sobretudo. Dessa forma, o foco da Psicopedagogia é identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes utilizando instrumentos próprios da Psicopedagogia, tais como sondagem, avaliação processual e diálogo com os pais. A Psicopedagogia é um campo interdisciplinar, pois identifica o sujeito por completo, analisando as causas dos problemas de aprendizagem.

Dessa forma, podemos concluir que, segundo Noffs (2016 *apud SILVA; LORENZINI, 2017, p. 13*):

Entendemos, a partir da citação de Noffs (2016), que este saber que o curso de Psicopedagogia deve proporcionar não será construído apenas com um somatório de disciplinas, mas que os formadores de psicopedagogos precisam estimular a reflexão de seus 15124 estudantes, a partir de situações reais problematizando hipóteses e buscas de soluções. É nessa dimensão que precisam estar as competências e habilidades de um psicopedagogo, na capacidade de utilizar seu repertório de conhecimentos em uma situação nova, em diálogo com o aprendente. (NOFFS, 2016 *apud* SILVA; LORENZINI 2017, p. 13).

Em entrevista, Bernard Charlot (2011) afirma que o fracasso escolar não existe e que seria uma invenção da burguesia para afirmar que os alunos de escola pública não são capazes de prosperar, de passar numa universidade pública. O discurso da meritocracia está presente neste contexto, indicando que quem tem condições de prosperar é aquele que conseguiu e fez por onde. Por trás dos privilégios da classe média está, assim, o discurso da meritocracia. Por que os ricos nunca fracassam? Por que o fracasso escolar se encaixa somente aos pobres, das escolas públicas? Para Charlot (2011), o fracasso escolar existe para escancarar as desigualdades sociais, mostrando a capacidade do rico em ascender e do pobre continuar na sua posição. Porém, sabemos que as escolas de rede pública possuem grandes profissionais da educação capacitados, que fizeram provas de concurso público para trabalhar na rede pública, mas devido ao sucateamento de ensino e falta de apoio por parte do Estado nas políticas educacionais, as escolas públicas ficam à mercê do Estado. Como mencionado nos artigos 4º e 5º da LDB, é dever e obrigatoriedade do Estado cuidar da educação básica do Brasil.

Se temos um ensino público superior de qualidade, por que este não se entende para o ensino básico também? A falta de políticas educacionais gera revolta nos professores de rede pública, pela falta de condições mínimas de trabalho. O aluno não recebe estímulos necessários para o incentivo em aprender, como o desenvolvimento à pesquisa e ao ensino. Portanto, é iniciativa e dever do Estado promover melhores condições de ensino para os alunos da rede pública, atendendo à população e não as empresas privadas que querem cada vez mais acesso aos fundos públicos do campo educacional.

Portanto, é de suma importância a realização de concursos públicos federais, municipais e estaduais para o ingresso de psicopedagogos nas instituições públicas e a contratação destes profissionais nas redes privadas para auxiliarem na diminuição de alunos com problemas de aprendizagem. Por isso é necessária a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, sancionada por lei pelo presidente da República, garantindo a atenção direta aos estudantes que sofrem com dificuldades de aprendizagem, associadas ao desânimo, a depressão, a baixa autoestima e a desvalorização de suas capacidades cognitivas.

Segundo Brum e Pavão (2014), a atuação psicopedagógica promove a observação do sujeito e reflexão sobre as causas das dificuldades na aprendizagem, visualizando os problemas que podem ser decorrentes de fatores biológicos, psicológicos e/ou sociais. Quando a criança entra na educação básica, iniciando o processo de alfabetização por volta dos 6 anos de idade, pode iniciar-se também alguma dificuldade de aprendizagem, gerando lacunas futuras na vida do estudante. Por isso, o psicopedagogo atua de forma também preventiva, ajudando e auxiliando no processo de aprendizagem. A causa de determinado problema muitas vezes se dá pela família, no qual pode ter ocorrido algum fator que levou ao bloqueio de aprendizagem da criança. Muitos são os motivos que levam a desmotivação da criança com os estudos. “Registra-se que a maior parte das causas de não-aprendizagem são as de leitura, escrita e matemática.” (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 111).

Dessa forma, vê-se a necessidade de atuação da escola como papel formativo na vida da criança, transformando-a e ajudando no seu processo de desenvolvimento cognitivo, moral, psíquico, social e afetivo. “A escola tem a função de desenvolver sujeitos com capacidade de democratização, autônomos, reflexivos e participantes.” (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 113). Juntamente temos o psicopedagogo, que atua diretamente para compreender e analisar as dificuldades de aprendizagem. Por isso a importância deste profissional dentro de cada instituição educacional.

O professor é como um mediador nos processos de aprendizagem, que por meio de conhecimentos teóricos e práticos aprendidos ao longo da vida acadêmica, possibilita que o aluno perceba os diferentes caminhos para se chegar ao conhecimento prévio, fazendo o uso de questionamentos acerca da realidade, identificando o processo de aprendizagem através da tentativa e do erro. Praticando e estudando inúmeros assuntos ensinados em sala de aula, o aluno sistematiza novos conhecimentos e saberes.

Na prática psicopedagógica, o psicopedagogo também tem a função de mediador, segundo Brum e Pavão (2014), atuando diretamente junto ao aluno, também nomeado aprendiz. No primeiro momento, o psicopedagogo irá fazer uma anamnese, entrevistando a família para descobrir possíveis causas que levam ao problema de aprendizagem escolar, analisando a escola, a família e o ambiente social em que vive. “Na maioria das vezes, o problema de aprendizagem está totalmente ligado à família e se torna um grande mistério a descobrir.” (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 117).

Portanto, é fundamental, neste primeiro momento, que a família dialogue de forma significativa para obterem-se resultados promissores no processo de aprendizagem do sujeito. Infelizmente, muitas vezes este diálogo minucioso entre o psicopedagogo e a família não

acontece, dificultando a atuação direta de identificar a causa do problema de aprendizagem da criança. A investigação do psicopedagogo para com o aprendente ocorre por meio da afetividade. Após a investigação, é feita a entrevista, analisando o sujeito nos espaços que o constituem: a família, a escola e o meio social.

Segundo, Brum e Pavão (2014), a Psicopedagogia pode ser feita de forma preventiva e terapêutica na escola. A forma preventiva passa por diversos espaços reflexivos, por isso o caráter interdisciplinar da Psicopedagogia, atuando na melhoria das dificuldades de aprendizagem, buscando compreender as causas da dificuldade de aprendizagem e auxiliar por meio de instrumentos e métodos psicopedagógicos. Dessa maneira, conforme Brum e Pavão (2014, p. 111):

Essas estratégias podem ser de diagnóstico, como hora do brinquedo, testes, discurso dos pais, desenvolvimento de ações lúdicas, gráficos, discurso verbal, entrevista com os pais do paciente e o paciente, que pode ser feita com toda a família e individualmente. (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 111).

Nesse sentido, é de suma importância a regulamentação da profissão do psicopedagogo, para que este profissional possa atuar nas escolas, especialmente as públicas, colaborando no processo formativo de cada aluno, promovendo ações conjuntas com o ambiente pedagógico. Por isso, se faz presente a utilização de um Projeto Político-Pedagógico de qualidade, atuando o psicopedagogo de forma preventiva para possibilitar melhores resultados na escola, no que diz respeito à diminuição de alunos com problemas de aprendizagem, sendo estes direcionados para a assistência e atendimento psicopedagógico, que atua usando conhecimentos de diversas áreas para compreensão do indivíduo, por meio da Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Antropologia.

De acordo com Brum e Pavão (2014, p. 117):

É função específica do psicopedagogo investigar e buscar os meios para solucionar ou amenizar os problemas de aprendizagem, inclusive a orientação aos demais professores da escola, sugerindo métodos que possam auxiliar em determinada dificuldade de aprendizagem. Além disso, ele também tem a função de acompanhar e orientar os pais dos sujeitos com dificuldades, compreendendo como a pessoa se posiciona diante da família, da escola, e na sociedade de modo geral. (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 117)

Dessa forma, se no futuro houver um psicopedagogo dentro de cada escola pública, os problemas de aprendizagem diminuirão significativamente, podendo o professor encaminhar o aluno com dificuldades de aprendizagem diretamente para o psicopedagogo, que poderá atuar

de forma preventiva ou terapêutica. Assim, podemos concluir, conforme Immanuel Kant, “A educação é o desenvolvimento no homem de toda a perfeição de que sua natureza é capaz.”

CAPÍTULO 3 – A PSICOPEDAGOGIA NA ÓTICA DA ABPP, UFPB E UNIFIEO

Em 1980, foi criada a Associação Estadual dos Psicopedagogos de São Paulo, que posteriormente denominou-se Associação Brasileira de Psicopedagogia, uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que possui o intuito de “fortalecer a atuação e os direitos dos psicopedagogos de todo Brasil”. (ABPp, 2020). ”. Atualmente, ela conta com vinte filiais espalhadas pelos estados brasileiros. Dessa maneira, conforme ABPp (2020):

A Associação de Psicopedagogos de São Paulo surge em 1980, a partir dos questionamentos a respeito do perfil profissional do psicopedagogo e da necessidade de definição de suas funções que começam a aparecer nas primeiras turmas de alunas do Instituto Sedes Sapientiae. (ABPp, 2020).

Dessa forma, segundo consta no capítulo I – Dos princípios, do Código de Ética do Psicopedagogo, temos quatro artigos caracterizando o que é a Psicopedagogia, seus princípios, formação, papel e espaço. Sendo assim, temos no artigo 1º da ABPp (2020):

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades. Ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural. Utiliza instrumentos e procedimentos próprios, fundamentados em referenciais teóricos distintos, que convergem para o entendimento dos sujeitos e sistemas que aprendem e sua forma de aprender. (ABPp, 2020).

Ademais, caracterizam-se segundo a ABPp (2020) nos artigos 3º e 4º:

ARTIGO 3º A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- propor ações frente aos processos de aprendizagem e suas dificuldades;
- contribuir para os processos de inclusão escolar e social;
- realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- mediar as relações interpessoais nos processos de aprendizagem com vistas à prevenção de dificuldades e/ou à resolução de conflitos.

ARTIGO 4º O psicopedagogo deve, com autoridades competentes, refletir e elaborar a organização, a implantação e a execução de projetos de Educação e Saúde no que concerne às questões psicopedagógicas. (ABPp, 2020, grifo nosso).

Dessa maneira, a Psicopedagogia lida com a resolução e prevenção de problemas de aprendizagem e resolução de conflitos do próprio indivíduo, com causas que, muitas vezes, não se inscrevem nele mesmo, mas no ambiente em que vive, na escola ou dentro da sala de aula. O psicopedagogo avalia o sujeito em seus contextos sociais, a família, a escola e a sociedade. Por isso a importância de uma boa anamnese juntamente com a família, para entender a realidade daquela criança, como ela vive, como é a sua rotina no dia-a-dia. Além disso, o

psicopedagogo, dentro do contexto escolar, colabora com o desenvolvimento e execução do Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Este profissional, como citado no capítulo I – Dos princípios, do Código de Ética do Psicopedagogo da ABPp, deve desenvolver e publicar artigos voltado ao tema da Psicopedagogia, ampliando a pesquisa científica no campo da Psicopedagogia, pois, infelizmente, ainda não se têm muitas produções científicas atualmente a respeito deste campo de atuação. Por isso se faz necessário pesquisas que mostrem a sua importância, a relevância social e científica do psicopedagogo, adentrando aos métodos e instrumentos utilizados por eles mesmos para identificar e fazer apontamentos acerca da aprendizagem humana, objeto de estudo central desta formação.

É necessário, ainda, que o psicopedagogo desenvolva ações conjuntas com a escola, juntamente com a família, desenvolvendo propostas de ensino voltadas ao processo de aprendizagem e resolução das dificuldades de aprendizagem que o aluno se encontra, seja ele uma criança, um adolescente ou um jovem. O trabalho do psicopedagogo é justamente identificar as causas das dificuldades de aprendizagem e buscar, por meio de métodos e instrumentos próprios da Psicopedagogia, melhorar a condição de vida escolar daquele indivíduo, mostrando caminhos a serem traçados, auxiliando a superar dificuldades de aprendizagem escolar.

Por isso a importância da afetividade na vida do sujeito, para que ele se sinta valorizado, aumentando a sua autoestima, sua capacidade de enxergar o mundo de forma positiva, possibilitando o estabelecimento de relações interpessoais saudáveis e construtivas. A afetividade na relação professor e aluno se dá por meio do diálogo mútuo e reflexivo para novos conhecimentos e saberes. Caminhando de mãos dadas com os alunos, o professor possibilita que os seus alunos ampliem sua visão de mundo, instigando conhecimentos por meio de reflexões críticas acerca da realidade, através da relação teórico-prática.

Muitas vezes, quando a família não supre as necessidades afetivas na criança, esta se torna mais suscetível ao desenvolvimento da depressão, da baixa autoestima e do comprometimento escolar. O bom convívio dentro do lar é resultado de uma boa aprendizagem. Por isso, quando muitas crianças que são consideradas “rebeldes” e “travessas” na escola têm sua trajetória e história de vida analisada, percebem-se problemas familiares difíceis e complicados. A situação dentro do lar se reflete na conduta da criança e a mesma externaliza sua indignação na escola e na sociedade. Por isso a importância de um acompanhamento psicopedagógico, entendendo a rotina da criança, entendendo o funcionamento da família e

como ela trata a criança. Tudo isso são fatores decisivos para compreender as dificuldades de aprendizagem, associados a fatores cognitivos, psicossociais e biológicos.

Seguindo o âmbito dos trâmites legais das propostas de regulamentação da profissão do psicopedagogo em curso, especialmente no Legislativo, segundo informações da Agência Senado (2014):

De acordo com a Associação Brasileira de Psicopedagogia, existem cerca de 100 mil psicopedagogos formados no Brasil. São profissionais que não atuam somente nas escolas, mas em diferentes instituições. Segundo o relator, com a **regulamentação da atividade**, cria-se uma identidade e exige-se dos profissionais a ética e a formação necessárias para que possam desempenhar com competência seu ofício. (AGÊNCIA SENADO, 2014, grifo nosso).

Dessa forma, a ABPp (2020) tem como um dos focos principais:

[...] a busca incessante pela regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia, por meio do Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, iniciado em 1997. A associação acompanha, discute e participa de todas as etapas transcorridas na esfera legislativa. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2020).

Dessa maneira, é importante analisar sobre o papel social e científico do psicopedagogo na escola, reconhecendo-o através do seu caráter interdisciplinar, sendo contribuinte ativo e direto no desenvolvimento da aprendizagem humana, ajudando alunos com dificuldades de aprendizagem por meio de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso de graduação ou pós-graduação (formação Lato Sensu ou Strictu Sensu) em Psicopedagogia. Segundo a ABPp Bahia (2019, p. 25), “podemos caracterizar a psicopedagogia como uma área de confluência do psicológico (a subjetividade do ser humano enquanto tal) e do educacional (atividade especificamente humana, social e cultural)”.

Dessa forma, conforme afirma a ABPp Bahia (2019, p. 20):

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia – e evoluiu devido a existência de recursos para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, em uma prática. (ABPp Bahia, 2019, p. 20).

Referente ao campo de atuação da Psicopedagogia Clínica, segundo a ABPp Bahia (2019, p. 21), temos que:

O trabalho clínico se dá na relação entre um sujeito com sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem, buscando compreender a mensagem de outro sujeito, implícita no não-aprender. Isso significa que, nesta modalidade de trabalho, deve o profissional compreender o que o sujeito aprende, como e por que aprende, além de perceber a dimensão da relação entre psicopedagogo e sujeito de forma a favorecer a aprendizagem. (ABPp Bahia, 2019, p. 21).

Na atuação da Psicopedagogia Institucional, a ABPp Bahia (2019, p. 22) afirma que o psicopedagogo na escola:

No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem, é objeto de estudo da psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem. (ABPp Bahia, 2019, p. 22).

Segundo a ABPp Bahia (2019, p. 7), a Psicopedagogia surgiu, inicialmente, a partir de estudos com filósofos, educadores e médicos, com o intuito de ajudar pessoas com algum problema psíquico de dificuldade de aprendizagem. No final do século XIX, a Psicopedagogia teve influência da educadora Maria Montessori, que desenvolveu métodos específicos de aprendizagem para crianças com algum retardo mental. Hoje, o método Montessoriano foi aprimorado e expandido para diversos Estados do Brasil e do mundo. De acordo com a ABPp Bahia (2019, p. 11), referente à Montessori, “Sua principal preocupação está na educação da vontade e na cultura de paz, via estimulação dos órgãos dos sentidos – por isso classificado como sensorial”.

De acordo com Visca (1987 *apud* ABPp Bahia, 2019, p. 19):

A Psicopedagogia, que inicialmente foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretivos e preventivos próprios. (VISCA, 1987 *apud* ABPp Bahia, 2019, p. 19).

Posteriormente, com o passar dos anos, observou-se a necessidade de analisar a causa da dificuldade de aprendizagem de muitos estudantes – crianças, adolescentes e jovens –, gerando em muitos a desmotivação em estudar, em ir para a escola, o prazer de aprender a ler e escrever. A causa da evasão e do fracasso escolar se dá por diversos fatores, como a dificuldade de aprendizagem, problemas dentro do lar, problemas psicológicos, baixa autoestima, dentre outros.

Dessa maneira, podemos observar a importância do psicopedagogo para contribuir no ambiente escolar, trazendo estratégias positivas de diminuir a porcentagem de estudantes que

deixam de frequentar as escolas, principalmente as públicas, buscando o psicopedagogo incentivar os alunos a desenvolverem suas habilidades e conhecimentos. Assim, a Psicopedagogia “[...] estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os”. (SCOZ, 1998 *apud* ABPp Bahia, 2019, p. 15).

Atualmente, a ABPp possui filiais em quase todos os estados brasileiros. Segundo a ABPp (2020), a última filial foi criada em 21 de outubro de 2019: a ABPp Maranhão. Conforme consta no site da ABPp (2020), “O Conselho Nacional da ABPp tem uma matriz (ABPp), e nossas unidades afiliadas advém de momentos diferentes o que nos faz singular, e nos une nos princípios de atuação assegurando a pluralidade”. Dessa forma, é opcional o psicopedagogo se associar à ABPp. Se o fizer, precisa pagar um valor mensal para garantir seu acesso e descontos em eventos da área, promovendo discussões acerca deste campo de atuação, além da inclusão do envio mensal da Revista Psicopedagogia da ABPp. Porém, em uma das entrevistas feitas com as psicopedagogas, a PP2 (2021) falou que não vê nenhuma vantagem em se associar à ABPp Goiás, visto que este não traz nenhum benefício para ela. A PP2 atua na Psicopedagogia Clínica como ocupação, dentro do registro da CBO

Para a PP2, o registro da Classificação Brasileira de Ocupação – CBO⁴, é mais importante, não havendo necessidade de se associar na ABPp. A Psicopedagogia entrou na CBO em 2004, que se encontra dentro do código 2394-25, do título ocupacional: “Programadores, avaliadores e orientadores de ensino”. Na descrição sumária da CBO (2021), temos que:

Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância; participam da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas. Atuam no contexto clínico, avaliando as funções cognitivas, motoras e de interação social dos clientes e promovendo a reabilitação das funções prejudicadas dos mesmos. (BRASIL, 2021).

⁴ A CBO é um documento oficial do Ministério do Trabalho que possibilita a atuação da Psicopedagogia e de outras profissões. O psicopedagogo por meio do registro da CBO pode atuar de forma livre dentro da área clínica e institucional. Esta garante a identificação desta ocupação no mercado de trabalho. Porém, como a profissão de Psicopedagogia ainda não foi regulamentada, o psicopedagogo formado trabalha como ocupação e não como uma profissão efetivada, protegida e garantida por Lei, que o defenda e o respalde legalmente.

Dessa forma, segundo a definição da CBO (2021), temos que:

A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. (BRASIL, 2021).

Nesta direção, a ABPp acompanha todos os trâmites legais das propostas de regulamentação em curso, especialmente no Poder Legislativo, na garantia de defender o direito da assistência psicopedagógica gratuita em todas as escolas públicas. A luta pela regulamentação da Psicopedagogia ocorre desde 1997, com o primeiro Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Neto. Caso a atual PL 3152/2008, que foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, seja sancionada como lei, os olhares e perspectivas futuras da Psicopedagogia mudarão de eixo. O Psicopedagogo poderá ser inserido dentro das instituições educacionais, garantindo sua atuação livre e efetiva por meio de uma Lei que o respalde e defenda seus direitos e garantias de trabalho, podendo atuar em hospitais, empresas, clínicas e escolas. O papel deste profissional será assumido com mais responsabilidade, buscando uma atuação ampla e complexa ao mesmo tempo, o que faz com que se pense em possibilidades de mudanças futuras positivas, no que diz respeito a regulamentação do Psicopedagogo e da atenção voltada ao estudante com dificuldade de aprendizagem, que requer um cuidado maior, observando aquele sujeito como um todo, capaz de criar e recriar, de se reinventar, de explorar, de aprender e apreender.

O processo de aprendizagem do ser é constante. O educador tem como função possibilitar um olhar mais amplo frente à realidade do educando, permitindo compreender e refletir criticamente acerca da realidade. O professor aprende muito mais com o aluno do que o aluno com o professor. Cada aluno possui uma história de vida, com vivências e percalços da vida. Portanto, o psicopedagogo entra nesse ambiente pedagógico da sala de aula para fazer intervenções positivas no que diz respeito ao estudante com dificuldade de aprendizagem. O psicopedagogo analisa e compreende o indivíduo como um todo, buscando as causas do problema que levou ao insucesso escolar, que pode estar associada na ausência da relação professor-aluno.

Por isso, é necessária a regulamentação da Psicopedagogia, sancionada como lei, para permitir a abertura de espaços e diálogos com este profissional, o psicopedagogo. Assumindo

um papel social, político e científico, consolidando saberes necessários para compreender as causas das dificuldades de aprendizagem presentes na realidade de muitos estudantes brasileiros, principalmente os de escolas públicas. A busca por diminuir esse número é constante, por isso a importância do psicopedagogo, para somar e acrescentar no trabalho de luta da evasão e do fracasso escolar, que se faz presente devido ao insucesso escolar gerado pela própria dificuldade de aprendizagem.

Atualmente, conforme o Conselho Federal de Psicopedagogia, existem seis instituições educacionais com formação em Psicopedagogia reconhecidas pelo MEC. Em nível de graduação, segundo o Guia da Carreira (2021), há apenas duas instituições educacionais de ensino superior com a graduação do curso de Psicopedagogia – Bacharelado reconhecidas pelo MEC. São elas: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário Fieo (UNIFIEO). Em 30 de junho de 2010, foi aprovado pela UFPB o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Psicopedagogia, por meio da Resolução nº 55/2010. A graduação de Psicopedagogia tem duração de 7º períodos, tendo na inclusão da grade curricular a disciplina de Estágio Supervisionado nos últimos quatro períodos, totalizando 300 horas na composição curricular.

Portanto, temos no Artigo 1º da Resolução nº 55/2010 da UFPB que:

Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicopedagogia, com Área de Aprofundamento em Clínica e Institucional, na modalidade Bacharelado, do Centro de Educação, Campus I, da UFPB. (UFPB, 2010, p. 1).

No item “**1. Objetivo Geral**” da Resolução nº 55/2010 da graduação de Psicopedagogia é admitido:

Capacitar o profissional Psicopedagogo a lidar com os processos de aprendizagem e suas dificuldades junto à criança ou o adolescente, ao adulto ou à instituição, estimulando aprendizagens significativas, de acordo com suas possibilidades e interesses. (UFPB, 2010, p. 4).

Segundo o item “**2. Perfil do Profissional**” da Resolução nº 55/2010:

O psicopedagogo é um profissional que **atua preventivamente nas escolas**, nos cursos de formação, auxiliando o professor nas condições de aprendizagem dos alunos. De forma curativa atende a criança e adolescente com distúrbios de aprendizagem. E de forma preventiva, como profissional, nas instituições escolares, colabora de forma integrada no planejamento escolar, realizando atividades de intervenções psicopedagógicas. (UFPB, 2010, p. 4, grifo nosso).

Conforme a Resolução nº 55/2010 do item “**3. Competências, Atitudes e Habilidades**”:

Com base no Projeto de Lei 3124/97 e nas discussões da Comissão de Regulamentação e cursos da ABPp estão previstas as seguintes competências, atitudes e habilidades do psicopedagogo, sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições pelos profissionais da educação habilitados na forma da lei:

- 1) intervenção psicopedagógica no processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo por enfoque o sujeito que aprende em seus vários contextos: da família, da educação (formal e informal) da empresa, da saúde.
- 2) realização de diagnóstico e intervenção psicopedagógica mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprias de Psicopedagogia.
- 3) utilização de métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem.
- 4) consultoria e assessoria psicopedagógica objetivando a identificação, a análise e a intervenção nos problemas do processo de aprendizagem.
- 5) supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos de Psicopedagogia;
- 6) orientação, coordenação e supervisão de cursos de Psicopedagogia.
- 7) coordenação de serviços de Psicopedagogia em estabelecimentos públicos e privados;
- 8) planejamento, execução e orientação de pesquisas psicopedagógicas. (UFPB, 2010, p. 5).

E por fim, temos na Resolução nº 55/2010, no que diz respeito a atuação profissional do psicopedagogo na escola do último item “**4. Campo de Atuação**”:

É fundamental no trabalho do psicopedagogo na escola, o relevante auxílio que oferece ao professor na construção de uma visão mais abrangente do aluno. E tendo por base que **o objeto de estudo da Psicopedagogia é o fenômeno da aprendizagem**, o psicopedagogo pode atuar em diversas instituições (escolas, universidades, hospitais e empresas) sejam elas públicas e privadas, assim como nos consultórios particulares e consultorias. (UFPB, 2010, p. 6, grifo nosso).

Dessa maneira, analisando todos os itens e artigos referentes a esta resolução que aprova o PPP do curso de graduação em Psicopedagogia na UFPB, notamos um grande avanço na problemática em torno deste profissional, o psicopedagogo. Sabemos dos inúmeros percalços enfrentados para se chegar à regulamentação da profissão de psicopedagogo. Porém, com a inserção da Psicopedagogia como curso em nível de graduação, notamos o cuidado com a Educação, percebendo as dificuldades de aprendizagem existentes nos estudantes do Brasil. Com esta resolução, é possível traçar caminhos positivos ao futuro desta profissão, assumindo o papel de atuante na sociedade, colaborando com o desenvolvimento e elaboração de pesquisas científicas, de artigos científicos, adentrando ao contexto social, cognitivo e moral do ser humano. O processo de aprendizagem é contínuo. Desde que o indivíduo nasce, ele está em constante desenvolvimento e aprendizado.

O papel do psicopedagogo é instigar nos alunos com dificuldades de aprendizagem as inúmeras possibilidades de se aprender. O psicopedagogo ajuda o sujeito a aprender, por meio de técnicas e métodos próprios da Psicopedagogia. O trabalho do psicopedagogo é minucioso e delicado, pois abrange todo o contexto familiar, social, moral, psíquico, escolar e intelectual do sujeito, adentrando em aspectos que se referem à forma do indivíduo aprender. Todos nós temos a capacidade de aprender.

Na descrição da página inicial do curso de graduação em Psicopedagogia da UNIFIEO, temos que o curso tem duração de 6 períodos (um período a menos que a UFPB), sendo reconhecida pela “Portaria MEC/SESU nº 987 – D.O.U. 3/12/2008, renovado pela Portaria MEC nº 466 – D.O.U. 09/09/2016.” (UNIFIEO, 2021).

Assim, segundo a UNIFIEO (2021), a mesma:

“[...] forma profissionais capacitados a diagnosticar as possíveis causas que impedem a pessoa de aprender, promovendo as intervenções necessárias em casos de fracasso na aprendizagem ou de evasão escolar visando o bem estar do paciente.” (UNIFIEO, 2021).

Na descrição do que refere ao mercado de trabalho do psicopedagogo, segundo a UNIFIEO (2021), este profissional poderá atuar:

Em consultório próprio ou em estabelecimentos educacionais, centros clínicos, organizações e centros comunitários, hospitais, consultórios públicos e/ou particulares, núcleos de atenção à saúde da criança e do adolescente, ambulatórios, creches, asilos, centros sócio-educativos, instituições de apoio ao Sistema Nacional de Saúde, realiza diagnósticos, prognóstico, orienta e previni tratamento dos distúrbios de aprendizagem. Pode também conduzir processos de orientação vocacional e ocupacional, integrar equipes trans, multi e interdisciplinares nas áreas de saúde e educação. (UNIFIEO, 2021).

Nesse sentido, podemos concluir que é um privilégio para a classe dos psicopedagogos haver duas graduações aprovadas pelo MEC do curso de bacharelado em Psicopedagogia, sendo uma delas a instituição federal superior UFPB. Apesar do número pequeno de universidades reconhecidas pelo MEC que oferecem o curso de graduação em Psicopedagogia, temos que considerar a crescente procura de profissionais que saibam lidar com problemas de aprendizagem escolar, identificando a causa do problema. O psicopedagogo analisa, investiga, observa e questiona o objeto de estudo que é a aprendizagem humana. Este pode atuar em diferentes espaços na sociedade, buscando auxiliar e desvendar mitos a respeito do processo de ensino-aprendizagem. Na escola, o psicopedagogo orienta os professores a lidarem com alunos que possuem problemas de aprendizagem. Esta orientação é essencial para que o aluno

consolide seus saberes, pois muitas vezes uma mudança da metodologia de ensino do professor muda a forma do aluno aprender, sistematizando conhecimento e evoluindo na leitura e escrita, na interpretação de textos, na resolução de cálculos matemáticos.

A leitura possibilita a abertura de novos conhecimentos. É através da leitura que o ser humano vai aprendendo novos saberes, vai se desenvolvendo e se constituindo como indivíduo com pensamentos críticos e reflexivos acerca da realidade. Por isso, é importante que o professor instigue no aluno o hábito da leitura, ampliando sua forma de observar o mundo. A escrita também diz muito sobre a criança, no processo de desenvolvimento da leitura e escrita, é possível perceber as dificuldades de ensino-aprendizagem que o aluno enfrenta. O psicopedagogo irá então mediar estes enfrentamentos de leitura e escrita que o aluno apresenta, buscando formas de sanar esses problemas de aprendizagem, auxiliando o aluno a evoluir e prosseguir em novos conhecimentos teóricos e práticos.

É válido afirmar que, na Psicopedagogia, os jogos são importantes para o desenvolvimento motor e cognitivo da criança, do adolescente ou do adulto, permitindo visualizar qual comprometimento ou dificuldade de aprendizagem aquele aluno apresenta. Os jogos ajudam o aluno a desenvolver a paciência, a escuta, a espera, o raciocínio lógico, possibilita o trabalho em grupo, essencial no contexto da sala de aula para interação com os outros colegas. Os jogos desenvolvem a capacidade de interagir, de se comunicar, de se expressar, de desenvolver as capacidades psíquicas, cognitivas, sociais e afetivas. Os jogos e as brincadeiras melhoram a autoestima da criança que se encontra com insucesso escolar, que acaba gerando o fracasso ou a evasão escolar. Contudo, o jogo mostra também que aquele ser pode vencer ou perder, mostrando ao sujeito que errar é humano, faz parte da vida. É na tentativa e no erro que acertamos. Por isso a importância de questionar sempre dentro da sala de aula. Dessa maneira, podemos concluir que, segundo o provérbio chinês popular, “é errando que se aprende, e é aprendendo que se vive”.

CAPÍTULO 4 – A PSICOPEDAGOGIA NA ÓTICA DOS PSICOPEDAGOGOS: DIAGNÓSTICOS, TENSÕES E DESAFIOS

No presente capítulo, discorremos, por meio de tópicos a respeito da realidade do psicopedagogo, com ênfase no contexto escolar e em quatro aspectos centrais: espaço, papel, tensões e perspectivas do psicopedagogo na escola. Foi analisada a atuação do psicopedagogo, enfatizando os instrumentos próprios utilizados na atuação psicopedagógica, para compreender o processo de aprendizagem, entendendo o cotidiano deste profissional e seu campo de atuação, a Psicopedagogia, e o que levou o indivíduo a desenvolver dificuldades de aprendizagem, como por exemplo, a dificuldade de leitura e escrita, presente na realidade de muitos alunos no Brasil, principalmente nas escolas públicas.

Também buscamos compreender o posicionamento das psicopedagogas sobre o processo de regulamentação da Psicopedagogia e, dentre as cinco entrevistadas, algumas são favoráveis e outras não. A análise qualitativa de suas narrativas foi feita através da base de dados de artigos da revista SciELO, da revista PePSIC, da Revista Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) e de outros artigos selecionados e listados nas referências.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa empírica, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada com cinco psicopedagogas. As entrevistas ocorreram no primeiro semestre de 2021 via Google Meet e tiveram duração média de 30 minutos⁵. Devido à pandemia do COVID-19, optamos por usar esta plataforma para fazer as entrevistas. Selecionamos os sujeitos entrevistados a partir da atuação e, dessa forma, tivemos três psicopedagogas que atuam em escola e duas que atuam em clínica. Para garantir sigilo e anonimato às entrevistadas, utilizamos os termos PP1 para designar a psicopedagoga 1, PP2 para a psicopedagoga 2, e assim sucessivamente. Portanto, usamos os termos PP1, PP2, PP3, PP4 e PP5 para designar cada profissional entrevistada.

Foram elaboradas quinze perguntas que fizeram parte do roteiro de entrevista semiestruturada, instigadas a partir da leitura de artigos relacionados à pesquisa empírica. Devemos destacar a autora Araújo (2014), que contribuiu para o desenvolvimento de grande parte das perguntas feitas para as cinco psicopedagogas entrevistadas, sendo de suma importância a leitura de seu artigo “A Psicopedagogia seria uma possibilidade para o

⁵ Plataforma de videoconferência on-line disponibilizada pelo Google. Atualmente, a mesma está sendo muito utilizada para realização de reuniões de trabalho, para realização de aulas on-line e encontros à distância de grupos.

enfrentamento das dificuldades de aprendizagem?”. Dessa forma, durante as entrevistas, foi analisada a percepção dos psicopedagogos no contexto escolar, sobre a atuação e cotidiano profissional e a regulamentação da profissão.

Adiante, apresentaremos os temas discutidos nas entrevistas através de tópicos para uma melhor compreensão e análise, seguindo a linha de raciocínio de cada pergunta feita. Antes de cada entrevista realizada, enviamos por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que cada psicopedagoga fornecesse anuência formal para participação na pesquisa. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está anexado nesta monografia, no Apêndice I.

Para o desenvolvimento dos tópicos, fizemos 15 perguntas direcionadas às práticas psicopedagógicas para as profissionais entrevistadas. As perguntas foram baseadas na leitura da base de dados online, realizada durante a execução e desenvolvimento da pesquisa. O roteiro da entrevista com as psicopedagogas foi realizado de forma semiestruturada, dialogando a respeito do espaço, papel, tensões e perspectivas presentes na realidade deste profissional, o psicopedagogo. As 15 perguntas presentes no roteiro de entrevista semiestruturada da pesquisa empírica estão inseridas no Apêndice II.

Sistematizando, foram voluntárias para compor esta pesquisa, psicopedagogas dos dois campos de atuação: clínico e institucional. A coleta de dados da pesquisa de campo foi feita por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada, contido no Apêndice II do Sumário. O período de realização da coleta de dados se deu no mês de março e abril do ano de 2021. As cinco voluntárias que participaram no desenvolvimento desta pesquisa foram selecionadas por meio de indicações feitas pelos próprios profissionais da área de Pedagogia com formação Lato Sensu em Psicopedagogia. Contudo, devido à falta de horário para marcarmos a entrevista, a PP5 respondeu às perguntas da entrevista via e-mail, sendo precisa e direta em cada resposta.

O convite para participar da entrevista foi realizado via e-mail, por meio do envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após o aceite, foi agendado o horário da respectiva entrevista, sendo a mesma realizada via Google Meet. Todas as entrevistas foram gravadas e registradas, com autorização prévia do sujeito entrevistado, para análise e compreensão de dados individuais e desenvolvimento da pesquisa de forma ampla. Segundo Araujo (2014, p. 3) *apud* Szymanski (2010, p. 74), “O processo de transcrição de entrevista é também um momento de análise [...]. Ao transcrever, revive-se a cena da entrevista, e aspectos da interação são lembrados”.

Dessa maneira, os tópicos deste capítulo são os seguintes, a) Caracterização dos entrevistados; b) História e função da psicopedagogia e dos psicopedagogos na visão dos entrevistados; c) Papel social do psicopedagogo nas escolas; d) Base legal da psicopedagogia:

contexto e desafios; e) Tensões e dificuldades para o exercício da profissão do psicopedagogo; f) Perspectivas da Psicopedagogia e da profissão de psicopedagogo; e, por fim, g) Conhecimentos, instrumentos e recursos da Psicopedagogia no ambiente pedagógico. Portanto, a seguir, iremos apresentar os seguintes tópicos citados acima e descrever a Psicopedagogia na escola: espaço, papel, tensões e perspectivas, na ótica das cinco psicopedagogas entrevistadas.

a) Caracterização dos entrevistados

Perguntamos, primeiramente, se as psicopedagogas atuam na rede de ensino pública ou privada. A PP1 e a PP5 atuam em escola privada filantrópica; a PP2 e a PP4 atuam como Psicopedagogas Clínicas. A PP3 é professora da rede pública Municipal e Estadual de Goiás, atualmente afastada para se dedicar ao programa de doutorado da Universidade de Brasília (UnB). A PP1 é coordenadora pedagógica e leciona há 21 anos, considerando a primeira turma em que lecionou em 2000. A PP2 atua em consultório desde 2017, completando 4 anos de atuação em clínica. A PP3 leciona desde 1996, sendo 25 anos de atuação. A PP4 formou em 2019 e se desvinculou da rede privada há seis meses para atuar em clínica como psicopedagoga. A PP5 leciona há 8 anos.

Quando perguntamos sobre a formação, a PP1 respondeu: “[...] a minha formação é Neuropsicopedagogia. Fiz um curso complementar a Psicopedagogia e unifiquei”. A PP2 se formou em Pedagogia na UFG em 2014 e fez algumas especializações posteriormente, tendo, em 2017, começado a atuação em Psicopedagogia Clínica, se encantando por este campo. A PP3 disse que:

Sou pedagoga pela UFG. Sou especialista em Diversidade e Inclusão Social também pela UFG. Sou mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFG, e atualmente doutoranda pela UnB na faculdade de Educação. Além do título de psicopedagoga. (PP3).

A PP4 também é formada em Pedagogia pela UFG, possui especialização em Psicopedagogia, Análise Comportamental e Aplicada, Neuropedagogia e Psicomotricidade. A PP5 formou em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, Neuropedagogia e Psicomotricidade.

Ao perguntarmos sobre a filiação à alguma entidade da área, somente a PP3 respondeu afirmativamente. A mesma é filiada na Associação Brasileira de Psicopedagogia e mesmo

afastada há seis anos da atuação em Psicopedagogia, mantém seu registro anualmente atualizado. Segundo a PP3:

[...] os psicopedagogos possuem esse registro na Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Na verdade, o registro é um reconhecimento da categoria enquanto profissional, reconhecido em âmbito Nacional. Então se nós temos uma Associação que é de âmbito nacional, faz toda diferença você ter o registro lá. A ABPp mantém um calendário de informações, apresentando discussões sobre a área que é divulgada para os associados. (PP3).

Ao perguntamos sobre como despertaram interesse pelo curso de pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia, as respostas foram as seguintes:

[...] desde o ano de 2006 eu estou na coordenação pedagógica, surgindo dentro da prática dessa área da escola, a necessidade de ter um conhecimento a mais, para algo que eu pudesse ajudar as crianças com necessidades educativas especiais [...]. (PP1).

As PP2 e PP4 fizeram estágio no Centro de Atendimento Educacional Especializado Instituto Pestalozzi – Goiânia, que está dentro da área de Inclusão e Educação Especial, sendo a porta de entrada para seguir o campo de atuação da Psicopedagogia Clínica. A PP3 trabalhou três anos em escolas como psicopedagoga, que reiterou durante sua fala, o aumento da “[...] presença de alunos que apresentam algum comprometimento educacional na escola”. A PP5 disse que o interesse na formação em Psicopedagogia surgiu através da necessidade de buscar novos conhecimentos para sala de aula, cada vez mais aparentes.

b. História e função da psicopedagogia e dos psicopedagogos na visão dos entrevistados

De maneira geral, segundo a visão das psicopedagogas, o surgimento da Psicopedagogia se deu pela necessidade de um olhar atento às crianças com dificuldades de aprendizagem, percebendo lacunas no processo da educação tradicional, sobretudo. A Psicopedagogia lida com determinados problemas e busca encontrar as suas causas, auxiliando o aluno a superar aquela dificuldade de aprendizagem, buscando estratégias e métodos próprios da Psicopedagogia para identificação da dificuldade escolar. Assim, com os conhecimentos psicopedagógicos, o professor lida com mais facilidade com os desafios encontrados dentro da sala de aula ante aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Dessa maneira, dando continuidade à fala da PP1:

[...] a partir do momento em que se amplia uma visão da educação, começou a se considerar as dificuldades de aprendizagem aliadas ou correlacionadas com questões emocionais, socioemocionais e psicossociais. E por este motivo, a pesquisa aliada à necessidade levou a este novo campo da educação – a Psicopedagogia. (PP1).

Nesse sentido, a PP5 respondeu que a Psicopedagogia:

Surgiu através da necessidade de se ter uma atenção diferenciada para os alunos com dificuldades cognitivas, que não eram supridas apenas pelo professor. Pois havia muitos problemas de aprendizagem e era um processo que envolvia aluno, família e escola. (PP5).

Ao perguntar para as entrevistadas “O que fazem os psicopedagogos atualmente?”, todas se mostraram bastante motivadas em apresentar o contexto social e científico que abrange o campo da Psicopedagogia, mencionando as duas grandes áreas que fazem parte da prática psicopedagógica – a Pedagogia e a Psicologia – por isso o seu caráter interdisciplinar. Todas discorreram que a Psicopedagogia é um campo muito amplo e vasto, com vários caminhos diferentes a serem traçados. Segundo o relato das psicopedagogas, este profissional pode trabalhar em hospitais, empresas, escolas, penitenciárias e órgãos públicos.

Sendo assim, segundo a PP3, “[...] nestas instituições, eu incluo também as instituições de Amparo à Criança e ao Adolescente”. Dialogando com esta fala, a PP1 afirma que:

Grandes empresas com o número significativo de funcionários, tem contratado psicopedagogos para trabalhar no RH, no recrutamento. [...] as penitenciárias que trabalham com alfabetização de Jovens e Adultos têm a presença de um psicopedagogo. Se não tem, deveria ter. (PP1).

Dessa forma, podemos concluir que, segundo a fala da PP3, “[...] quando você tem o professor que possui conhecimentos científicos, psicopedagogicamente falando, este professor consegue encontrar os caminhos que estão travando o aprendizado dessa criança”.

c. Papel social do psicopedagogo nas escolas

Neste tópico, as respostas dos entrevistados foram bastante contundentes e significativas, colaborando com o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, segundo a PP1, o papel social do psicopedagogo das escolas:

É o papel de sensibilizar, informar e orientar famílias a lidar com os erros, com as dificuldades, com as perdas, com as situações adversas pelas quais todo mundo que

está no processo de crescimento, que é o caso das crianças, ou mesmo dos adultos que estão em crescimento cognitivo, podem passar. (PP1).

A PP2 respondeu que o psicopedagogo tem a função de incluir o indivíduo com dificuldade de aprendizagem no ambiente escolar, socializando-o com os outros colegas e com o próprio professor. Segundo a PP2, o papel do psicopedagogo é dar orientação e suporte para o professor saber lidar e mediar alunos com dificuldades de aprendizagem dentro da sala de aula. O psicopedagogo irá orientar o professor regente, fazendo “[...] uma adaptação de todo o seu planejamento para que aquela criança participe [...]” e permaneça em sala de aula. Segundo a PP2, o papel do psicopedagogo também é de contribuir com a orientação individual da criança com dificuldade de aprendizagem, ajudando ela a “[...] lidar com o “coleguinha” em sala de aula”. Auxiliando profissionais da própria escola a ajudar criança, conduzindo aquela situação da melhor forma possível.

Dessa maneira, a PP3 afirma que:

[...] a função principal do psicopedagogo na escola é realizar uma anamnese com a criança e dar suporte de conhecimento para o professor e para a família. Descobrir qual é o entrave ao aprendizado dessa criança. Fazendo um direcionamento para a professora, a família e o próprio estudante. (PP3).

Em resposta a este tópico, a PP4 acrescenta que o papel social do psicopedagogo é fazer o intermédio entre o aluno e o processo de desenvolvimento da aprendizagem. Ou seja, o papel do psicopedagogo segundo a PP4 “É de levantar questionamentos sobre o processo de aprendizagem para o ambiente escolar”.

d. Base legal da psicopedagogia: contexto e desafios

As psicopedagogas destacaram que os documentos ou textos legais importantes ainda são rasos, não sendo apresentados de forma sólida e contundente. Todas destacaram sobre a regulamentação que ainda não foi sancionada como lei, mostrando-se insatisfeitas com essa realidade. Elas destacam a Pedagogia, que também não é uma profissão regulamentada até hoje, não havendo Conselho de Pedagogia para garantir, assegurar e respaldar por Lei a profissão do pedagogo. Ainda temos muitas lacunas na Educação do Brasil, por isso a necessidade do governo atuar diretamente na educação, sem que haja a privatização e a militarização das escolas públicas. O Estado deve promover um ensino democrático, igualitário e humano. Neste sentido, a PP4 afirma que “Durante a pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia, nós nos

deparamos com inúmeros textos. Textos que são advindos da Constituição Federal, dessa parte educacional”.

A PP2 e a PP4, que atuam em clínica, utilizam do método da Análise Comportamental Aplicada (ABA) e do conhecimento da Neurociência, necessárias para atuação em clínica. Assim, segundo a PP2 que atua há quatro anos na Psicopedagogia Clínica, diz que: “Eu não vou mais pela Psicanálise. Psicanálise é compreender, é levar a pessoa se entender ali. A ABA já é análise do comportamento. É regular, modular o comportamento diante uma situação”.

Durante os três anos como psicopedagoga, a PP3 afirma que:

Nós estávamos recebendo muitas crianças no consultório com, vamos dizer assim, “desajustes emocionais e comportamentais”. Porque essas crianças não eram acostumadas a serem limitadas. Dessa forma, quando essas crianças entram na escola, que tem aquela história: “Não, agora é hora de ir no banheiro. Agora é hora de lanchar. Divida com o seu colega. Respeite o seu companheiro”. Daí com esse tanto de “regrinhas”, as crianças costumam ter problemas de adaptação. (PP3).

Dessa forma, podemos concluir que segundo a PP5, que usa uma citação bastante pertinente para entender esse processo de entendimento da profissão do psicopedagogo. Conforme Bossa (2007, p. 24) *apud* PP5 (2021):

A psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda - o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia - e evoluiu devido a existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprender, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e a preveni-las. (BOSSA, 2007, p. 24 *apud* PP5)

e. Tensões e dificuldades para o exercício da profissão do psicopedagogo

Mesmo mencionando diversas tensões e dificuldades, como segundo a fala da PP5, “A falta de regulamentação ou legalização da especialização”, as psicopedagogas entrevistadas se mostraram bastante esperançosas com o exercício livre e efetivo desta profissão, visto que a mesma está crescendo cada dia mais. Por mais que seja um campo ainda pouco explorado e valorizado, segundo a PP2:

A medida que vamos mostrando o nosso trabalho, há um posicionamento profissional melhor. Nós vamos ganhando o nosso espaço e vamos recebendo esses

encaminhamentos de outros profissionais. Entretanto, a maioria dos profissionais ainda retém os pacientes, para não encaminhar as crianças para o psicopedagogo. (PP2).

Como mencionado em diversos artigos em relação a formação da Psicopedagogia, no que se refere a importância da família no processo de desenvolvimento escolar, ajudando a criança a superar dificuldades de aprendizagem. A PP1 afirma que “[...] a Psicopedagogia, mesmo a clínica, não é uma “mágica”. Precisa ter constância, dedicação da família. A família precisa entender que é um **processo**”. (Grifo nosso). Nesse sentido, percebemos a necessidade de colaboração da família e do diálogo mútuo e afetivo para auxiliar a criança no processo de aprendizagem. O psicopedagogo atua nas etapas de desenvolvimento da criança, do adolescente ou do jovem, buscando encontrar a causa do problema de aprendizagem.

A PP2 e PP4 mostraram-se bastante indignadas em relação à desvalorização do psicopedagogo nas clínicas, dificultando o seu posicionamento no mercado de trabalho. Segundo a PP2, “Nós somos capacitados para lidar com aprendizagem, porque formamos em Pedagogia, portanto, estamos nesta área da Educação. Porém, na área clínica, quem atua na área da saúde se sente mais capacitado”. A PP3 pondera o trabalho do psicólogo, afirmando que, “Agora no âmbito da pandemia, percebemos a necessidade de um acompanhamento com psicólogo para sustentação emocional das pessoas”.

Ao questionar sobre a regulamentação da profissão do psicopedagogo, todas as entrevistadas afirmaram ser de **extrema necessidade a regulamentação da Psicopedagogia**, caso ela venha para defendê-los, pois daria maior visibilidade para a profissão, assegurando e garantindo os seus direitos por meio de Lei. Dessa forma, a PP1 disse que “[...] a partir do momento que estão se formando pessoas aptas à profissão, a profissão tem que no mínimo existir”. Por isso a importância do presidente da República sancionar a regulamentação da profissão de psicopedagogo.

Portanto, quando foram questionadas se existe atualmente alguma regulamentação da Psicopedagogia, especialmente no Poder Legislativo, para o exercício livre desta profissão. A PP1 respondeu que em Goiás existe para clinicar. E completou dizendo:

Eu me lembro desta discussão. Foi até a “Sociedade Brasileira de psicopedagogos de Goiás” que me chamou para participar, mas na época eu não pude aceitar. Tem pessoas de todo o Brasil, com grupos de psicopedagogos de Goiás, do Distrito Federal e de outros Estados, para encabeçar esta situação. (PP1).

A PP2 afirmou que a regulamentação ainda não existe, sendo hoje a Psicopedagogia uma ocupação e não uma profissão de fato. A mesma relatou que o psicopedagogo escolhe se quer se associar na Associação Brasileira de Psicopedagogia ou ter somente o registro na Classificação Brasileira de Ocupação. Segundo a PP2:

Hoje eu uso muito mais o registro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do que da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Eu não quis me associar, foi uma decisão minha. Porque eu ainda não vi algo de positivo que possa me trazer na ABPp. (PP2).

Nesse sentido, a PP2 lamenta pela falta de um Conselho que respalde e defenda a profissão do psicopedagogo. Conforme afirma a PP2:

[...] nós enquanto profissionais, temos que ficar enviando artigos, temos que se nos defendermos sozinhos com os planos de saúde. [...] o que traz mais dificuldade para o nosso reconhecimento é a falta desse Conselho, é a falta dessa regulamentação mesmo. Já tem os projetos que foram aprovados, mas ainda não chegou nesta regulamentação de fato. (PP2).

Assim, a PP3 respondeu que a profissão do psicopedagogo é regulamentada. Segundo ela, a Psicopedagogia “[...] é regulamentada pela Associação Brasileira de Psicopedagogia. Nós nos submetemos as mesmas orientações éticas do campo da Psicologia, porque a Pedagogia também não tem esse registro”. A PP3 afirma que não sabe sobre a existência de alguma regulamentação em tramitação, especialmente no Legislativo. Dizendo não ter conhecimento em relação a projetos de leis e documentos legais e jurídicos, devido ao seu afastamento como psicopedagoga institucional há 6 anos, estando desatualizada do contexto psicopedagógico no âmbito jurídico.

Contudo, a PP3 se mostrou motivada ao acreditar que a regulamentação seja sim necessária. Segundo ela, a regulamentação da Psicopedagogia poderá garantir “[...] certa segurança e um reconhecimento na nossa atuação”. Por fim, neste tópico referente a regulamentação, a PP5 afirma que “Não tem, mas é necessária para dar respaldo e segurança a quem atua nessa área”.

f. Perspectivas da Psicopedagogia e da profissão de psicopedagogo

Na pergunta “Se você pudesse regulamentar a profissão, o que faria?”, as entrevistadas mostraram-se bastante otimistas ao almejarem perspectivas e ganhos futuros, no sentido da valorização e importância científica desta profissão para a sociedade. Caso os entrevistados

tivessem poder e autonomia para regulamentar a Psicopedagogia por meio de Lei, o que eles fariam? Essa pergunta foi a que gerou mais dúvidas, sendo que algumas psicopedagogas, no início, não a entenderam ou acharam complexa. Já alguns traçaram grandes rotas e perspectivas futuras para esta profissão. Os olhares otimistas foram instigantes e determinantes para o posicionamento de cada sujeito entrevistado. A PP1 disse que defende a regulamentação da Psicopedagogia Clínica, pois na Institucional, dentro do contexto escolar, fica difícil para o professor, com formação em Psicopedagogia, administrar em conjunto na sala de aula devido a questão do tempo escasso. Segundo a PP1:

Acredito que a família vá deixando cada vez mais o dever de cuidar da criança, de ensinar a criança, de suprir as necessidades da criança, por conta da escola. Por isso que eu realmente acredito que esta função dentro da escola, ela não pode ser individualizada como uma clínica. (PP1).

As PP2 e PP4 afirmaram que são contra essas instituições superiores que oferecem o curso de pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia em poucos meses, não garantindo a formação necessária para o indivíduo estar apto a exercer esta profissão. Segundo elas, muitas vezes o profissional da Educação faz especializações somente para agregar no currículo, sem a sistematização de conteúdos e entendimento acerca daquele assunto. Segundo a PP2, “Ninguém aprende sobre habilidades cognitivas em seis meses. Ninguém aprende sobre uma profissão em seis meses. Então é um afunilamento nestas instituições que oferecem esse tipo de especialização”. Ademais, a PP4 justifica-se da seguinte forma: “Existem muitos profissionais que fazem a pós-graduação apenas por fazer a pós-graduação. Para melhorar o currículo, enfim”.

Vale destacar toda a fala da PP3, ao afirmar que:

Se eu tivesse a capacidade de fazer essa regulamentação de Lei. E tivesse a persuasão de fazer um projeto e persuadir um deputado para ele aprovar o projeto. Eu gostaria muito da presença de um psicopedagogo em cada uma das unidades escolares, em cada uma. Por que é um profissional que tem conhecimentos tanto da Pedagogia quanto da Psicologia. Então seria um profissional de excelência para ficar na escola acompanhando aqueles casos. Dando suporte para os professores, naqueles casos onde nós temos mais dificuldades de aprendizagem. Infelizmente hoje, vou tomar como base a rede Municipal de Aparecida de Goiânia da qual eu faço parte, que tem um Núcleo de Inclusão dentro da Secretaria de Educação que faz um bom trabalho. Porém um trabalho que fica limitado pela grandiosidade da rede. E do outro lado, por um número muito pequeno de profissionais para atender uma rede em torno de 60 escolas. Dessa forma, no **Departamento de Inclusão** da rede Municipal de Aparecida de Goiânia, nós temos na equipe um psicopedagogo e um psicólogo, e outros profissionais. Mas é um psicopedagogo para rede toda, não dando conta da demanda. Então fica um trabalho que poderia ser melhor desenvolvido. Fica muito comprometido pelo número de um profissional para uma rede toda. (PP3). (Grifo nosso).

Por fim, a PP5 disse que se tivesse este poder de regulamentar como Lei, “Registraria os profissionais e estabeleceria regras e convenções para que em todo país fosse alinhado o modo de trabalho”. Pensando em perspectivas futuras, as cinco entrevistadas, de maneira geral, acreditam em um futuro promissor, mostrando-se otimistas e esperançosas. Percebendo que há cada vez mais a necessidade do psicopedagogo na sociedade, para contribuir e auxiliar no processo de desenvolvimento com alunos em dificuldade escolar. Muitos citaram o contexto na pandemia que estamos vivendo, agravando a saúde mental e emocional de muitas pessoas, no qual o número de pessoas com dificuldades de aprendizagem tem aumentado durante a pandemia. Assim, a PP1 afirma que:

Principalmente pós pandemia, em que nós temos muitas crianças que estão com escolarização fragmentada, isso vai gerar lacunas, gerando situações que futuramente vão precisar de intervenções direcionadas. Então pós pandemia se faz infinitamente mais necessária a figura do psicopedagogo. (PP1).

A PP2 também diz que é uma das profissões mais necessárias. Porque hoje tem muitas pesquisas, principalmente por conta desta pandemia, que as crianças estão com o desenvolvimento muito atrasado”. Segundo a PP3, devemos analisar pelo ponto de vista negativo e positivo em relação ao futuro. A existência do negativo é que, durante a pandemia, devido ao isolamento social, as pessoas estão desenvolvendo “[...] doenças psicossomáticas: depressão, ansiedade”.

Dessa maneira, com a globalização e a Era Digital que vivemos, o estilo de vida das pessoas é mecânico, automático e rápido. Segundo a PP3:

As pessoas não têm mais tempo para as crianças, não tem mais tempo para a **afetividade**, para construir uma base sólida naquela criança. Para depois ela chegar na adolescência e ser um adolescente mais confiante, menos conflituoso. (PP3). (Grifo nosso).

No contexto pós pandemia, a PP3 afirma que, “[...] tendo em vista este cenário, nós vamos precisar cada vez mais de profissionais no ramo da Psicopedagogia, da Psicologia e da Psiquiatria”. Em relação ao campo da Inteligência Emocional, a PP3 relata que:

Em 2015, o Augusto Cury montou em Goiânia uma clínica. Chamada Escola da Inteligência, que é justamente para fazer o atendimento. Dando suporte emocional para crianças e adolescentes com dificuldades de relacionamento, de aprendizagem. (PP3).

Nesta direção, a PP4 respondeu que os estudantes durante a pandemia estão tendo mais dificuldades de aprendizagem, gerando grandes lacunas para a Educação. Interferindo no trabalho dos professores, no desenvolvimento de ensino-aprendizagem dos alunos, diminuindo o seu rendimento escolar dos estudantes devido ao desgaste emocional e mental, e até mesmo os psicopedagogos sofrem com essa mudança devido ao isolamento social. Dessa forma, a PP4 afirma que, “[...] de agora em diante, haverá um olhar mais voltado para a atuação do psicopedagogo. Para a necessidade de um profissional que saiba lidar com a dificuldade de aprendizagem”.

Na pergunta, segundo Araujo (2014, p. 1), “Como a prática psicopedagógica pode contribuir de forma positiva no contexto escolar?”, os entrevistados apontaram que percebem a sua atuação positivamente na escola. Segundo a PP3, no contexto da escola pública, que é o seu ambiente de trabalho, “[...] a contribuição por si do psicopedagogo já é positiva”. Seguindo essa ideia, conforme a PP3, “Nós contribuiríamos no sentido de dar um suporte emocional para o professor, um direcionamento. Amenizando aquele sofrimento emocional do professor, da criança e da família”.

A PP1 afirma que a contribuição ocorre “Através das habilidades socioemocionais”. A PP2 respondeu que é “Proporcionando uma aprendizagem mais significativa”, compreendendo o processo. E por fim, seguindo a fala da PP5, “Promover e oferecer metodologias para resolver problemas de aprendizagem”. Portanto, a PP2 pondera que, “[...] Nós temos que visualizar onde está esta dificuldade de aprendizagem, para fazermos uma adaptação adequada e oferecer um **sucesso escolar**”. (Grifo nosso). Dessa forma, a PP4 diz que a Psicopedagogia contribui “[...] para solucionar os problemas de dificuldade de aprendizagem que se encontram no decorrer dos anos”.

g. Conhecimentos, instrumentos e recursos da Psicopedagogia no ambiente pedagógico

A PP1, por ser da coordenação pedagógica, utiliza recursos próprios da Psicopedagogia para ajudar e orientar professores com alunos em dificuldade de aprendizagem dentro da sala de aula. A PP2 utiliza recursos de avaliação para identificar dificuldades de aprendizagem escolar, fazendo uso de plano interventivo para estabelecer metas. Num segundo momento, a PP2 faz uso de materiais pedagógicos e protocolos. Segundo a PP2, “Eu faço muito protocolos de objetivos e metas, onde eu vou identificando quantas vezes eu preciso dar tal estímulo para aquela criança aprender de fato”.

Contudo, para a PP3, o principal recurso para identificar dificuldades de aprendizagem escolar é a anamnese, onde fará um estudo a respeito da gestação da criança. Após esse primeiro momento, são feitas as sessões, onde aplica-se testes cognitivos. E por fim o diálogo com a família e o professor, que são indispensáveis para entender o processo formativo da criança.

Dessa maneira, segundo a PP3:

Nós fazemos a anamnese e aplicação de testes. Fazemos a observação dessa criança no ambiente escolar dela, que é quando o psicopedagogo vai na escola. Conversamos com o professor desta criança, observando essa criança na escola. Nós também fazemos, antes da gente fechar um relatório, um diagnóstico, digamos assim. Realizamos uma conversa, uma sessão com a família dessa criança, para tirarmos possíveis dúvidas. (PP3).

Portanto, seguindo a fala da PP3, “Nós fazemos muito um processo de avaliação a partir de protocolos”. A PP3 também se utiliza muito de jogos pedagógicos para “[...] avaliar funções cognitivas daquela criança, funções executivas, coordenação motora”. Algo que chamou muito atenção na fala da PP3, foi a relação de afetividade entre o psicopedagogo e a criança, o adolescente ou o jovem, que deve ser estabelecida durante o processo do vínculo terapêutico.

Esta afetividade também deve ser feita na relação professor e aluno, para que o professor consiga estabelecer um diálogo crítico e reflexivo com o aluno, permitindo que aquele aluno entenda e internalize conhecimentos e saberes transmitidos pelo educador. Esta relação só é estabelecida através da teoria e da prática alinhadas em conjunto, ampliando a visão de mundo do aluno, permitindo que o mesmo reflita criticamente por meio da relação teórico-prática. Inserindo conteúdos estudados em sala de aula para a realidade de cada indivíduo. Educar outro ser é uma dádiva, é um privilégio para poucos.

Dentre os cinco entrevistados, PP1, PP3 e PP5 afirmaram que o professor com formação em Psicopedagogia possui sim maior facilidade para lidar com problemas de aprendizagem. Segundo a PP5, “[...] logo que se identifica as dificuldades do aluno, inicia-se técnicas diferenciadas para desenvolver o seu aprendizado”. Entretanto, a PP2 e PP4 afirmaram que, devido aquelas especializações de Psicopedagogia em 6 meses, o professor psicopedagogo não possui bases teóricas suficientes para exercer conhecimentos psicopedagógicos na sala de aula, comprometendo a sua formação. Segundo a PP2, “Hoje o que mais dá informação, o que mais dá orientação para esses professores lidarem em sala de aula é a rede social Instagram”. Nesta direção, a PP4 afirma positivamente que “[...] o manejo do professor é diferente quando ele tem conhecimentos diversos”.

Dessa forma, segundo afirma PP3:

Embora nós saibamos que **o conhecimento é mutável**. Quando nós temos propriedade do conhecimento tido como verdade, até aquele momento, a posse desse conhecimento faz toda diferença. (PP3). (Grifo nosso).

As duas últimas perguntas foram desenvolvidas a partir da leitura do artigo de Araujo (2014, p. 8). Assim, a seguir destacaremos os instrumentos usados para identificar alunos com dificuldade e escrita, segundo Araujo (2014, p. 8). A PP1 respondeu que utiliza sondagens e avaliações. A PP2 e a PP3 responderam que os instrumentos são testes de avaliação padronizados no Brasil. Estes testes padronizados, segundo a PP2, “[...] conseguem identificar dificuldades de leitura e escrita, permitindo a comparação destes”. Ela destaca durante sua fala, a presença de um protocolo com utilização do ditado. Segundo a PP2, “Tem um protocolo que a gente utiliza de ditado, da psicogênese da escrita, a nossa maior aliada para identificar atrasos ou fases da escrita”. (Grifo nosso).

A PP4 afirma que, os materiais encontrados para o auxílio na ampliação dos conhecimentos pedagógicos são buscados por conta própria. Segundo ela, “Isto aqui é algo que a gente tem que buscar mesmo, correr atrás. Para ter esse material, para poder fazer uma avaliação mais minuciosa a respeito da dificuldade de leitura e escrita”.

Por fim, perguntamos se “Os conhecimentos psicopedagógicos lhe deram um olhar diferenciado para com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem?”, segundo Araujo (2014, p. 8). As entrevistadas se mostraram bastante reflexivas. As respostas chamaram bastante atenção, compreendendo a importância e valorização da profissão de psicopedagogo. Segundo a PP1, com a prática psicopedagógica, é possível compreender e identificar a origem daquela dificuldade, buscando auxiliar a criança. Adiante, a PP1 acrescenta que “Não é sempre assertivo. Em se tratando de seres humanos. Às vezes as crianças nos surpreendem e é tão bom quando isso acontece”.

Realmente, somos seres humanos únicos, múltiplos e subjetivos. Somos iguais no que se refere a nossa capacidade de aprender, sem fazer nenhuma distinção um com o outro, afinal, todos nós temos a capacidade de aprender igualmente, sem fazer nenhum julgamento a respeito do outro. Por isso a necessidade de incluir o aluno com dificuldade de aprendizagem, mostrando a sua importância e valor para a sociedade, e para a escola. Cada indivíduo possui uma história de vida, com suas vivências, experiências, cultura, ideais e valores. Isto é o que torna o sujeito único. Subjetivamente, cada pessoa é de um jeito, cada ser possui suas especificidades, sua maneira de pensar, de agir, de aprender, de ensinar, e é isso que torna tudo tão belo e único no

processo de aprendizagem, na educação do mundo. Somos todos diferentes, e ao mesmo tempo iguais. O ser humano é complexo e múltiplo, e ao mesmo tempo singular e subjetivo.

Compreender essa complexidade no processo educativo é algo grandioso, sendo primordial o papel do professor de instigar novos conhecimentos e saberes. Por isso a importância da afetividade, estabelecendo conexões mútuas entre professor e aluno, entre o psicopedagogo e o aprendiz. Entendendo a realidade daquele ser e buscando ajudar, auxiliar, compreender, questionar, instigar a imaginação, o conhecimento.

Dessa forma, a PP2 afirma que o psicopedagogo consegue identificar as possíveis causas que geram determinada dificuldade de aprendizagem. Os fatores sociais, genéticos e ambientais contam muito. Segundo a PP3, “Nós temos que avaliar todos os ambientes que aquela criança convive, para identificar estas dificuldades mesmo”. Por isso a importância de conversar com a família e o professor da criança, para entender a realidade desse estudante com dificuldades de aprendizagem. Muitas vezes, a causa do problema pode estar associada à família, que compromete nos estudos da criança devido à falta de afetividade.

A PP3 respondeu que, “[...] O psicopedagogo precisa trabalhar no sentido de que todas as diferenças precisam ser respeitadas”. Ela acrescenta que:

Humanamente falando, nós todos somos iguais. O olhar do psicopedagogo não pode ser diferenciado. Nós temos que focar na inclusão, de modo que todos os aprendizes deste cenário escolar sejam tratados com dignidade e respeito. (PP3). (Grifo nosso).

Dessa maneira, podemos concluir que, segundo a fala da PP4:

Nós precisamos aprender a olhar as dificuldades com um **olhar amoroso** e um olhar de resolução mesmo. Não julgamento ou colocar conhecimentos prévios ali sobre aquela criança, e achar que a definição dela é o TDAH, ou a definição dela é a dislexia. Não, ela é uma criança com TDAH, uma criança com dislexia, porém ambas dificuldades não definem ela. (PP4). (Grifo nosso).

Portanto, podemos concluir que é necessário haver essa afetividade e diálogo amoroso com a criança, para que a mesma seja incluída e enaltecida nas suas diversas potencialidades e conhecimentos que já possui. O psicopedagogo é um mediador nos processos de aprendizagem humana. Ele é como um canal de auxílio na ampliação e sistematização de novos saberes. A criança eleva sua autoestima e sua vontade em estudar quando percebe suas inúmeras potencialidade e caminhos que podem ser percorridos ao longo do processo educativo. A educação é feita a partir da nossa realidade, por isso é importante que o professor dialogue com o aluno na linguagem e realidade dele, especificamente. A relação professor-aluno é

estabelecida por meio de diálogos afetivos e mútuos. É por meio do amor que se promove a Educação. Fazendo com que o estudante perceba a sua realidade a partir da relação crítico-reflexiva, ampliando sua visão de mundo e fazendo o professor se eternizar na vida daquele aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi essencial para compreender a realidade do psicopedagogo, seja no contexto escolar, foco deste trabalho, seja no ambiente clínico. A intersecção de diversas áreas do saber em que a Psicopedagogia se inscreve, como a Pedagogia, a Psicologia, a Antropologia, a Neurociência, a Filosofia e a Sociologia, são essenciais para destacar o seu caráter interdisciplinar. Durante o desenvolvimento da pesquisa, cuja abordagem foi do tipo qualitativa, tivemos principalmente, na realização e coleta de dados das entrevistas com as cinco psicopedagogas, a análise e observação das suas narrativas. Como pesquisadora, ter assumindo o papel de ouvinte e observadora foi uma vivência espetacular. Pude compreender a vida profissional de cada sujeito entrevistado, entendendo a inclusão e a importância da Psicopedagogia na realidade de cada um. Todos os sujeitos voluntários da pesquisa são professoras, graduaram-se em Pedagogia e veem a necessidade maior de compreender o indivíduo e os seus processos de aprendizagem.

A Psicopedagogia possui um olhar atento, afetivo e amoroso frente ao indivíduo. O professor com conhecimentos psicopedagógicos passa a compreender o indivíduo de uma forma autêntica, entendendo às suas necessidades e limitações, identificando possíveis causas que levaram aquela dificuldade de aprendizagem. O psicopedagogo valoriza o entendimento do ser frente ao conhecimento, ajudando a sistematizar conceitos e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. É importante destacar o papel do psicopedagogo no momento atual que estamos vivendo. Com a pandemia, o número de estudantes com dificuldades de aprendizagem aumentou consideravelmente. Com a ausência do professor fisicamente e as escolas fechadas, os alunos precisam recorrer aos pais ou responsáveis dos lares em que vivem. Não se tem um olhar direto, afetivo e atento do professor para com o aluno, permitindo o contato visual, olho no olho.

As telas dos aparelhos eletrônicos cansam as vistas. Professores e alunos estão desgastados com o novo modelo de educação: o ensino remoto. Ninguém está preparado para mediar aulas desta forma, os professores estão se desdobrando, se reinventando, aumentando sua carga horária de trabalho para atender às demandas da escola. A situação é crítica. Por isso, se pensar em um psicopedagogo é importante, permitindo que o mesmo atue diretamente na aprendizagem humana, objeto de estudo desta área de conhecimento. No contexto pós-pandemia, todas as psicopedagogas entrevistadas citaram a importância de um psicopedagogo atuando na sociedade, enfatizando a necessidade de dialogar com o campo científico, social, psíquico e afetivo.

Muitas pessoas, com o isolamento social, estão desenvolvendo doenças psíquicas, tais como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, TOC devido à preocupação em higienizar as mãos, os alimentos e a casa a todo momento. A sensibilidade dos indivíduos aflorou-se, no sentido de precisar de um contato físico, um abraço sincero, um sorriso amoroso da professora. Todos estão vestindo suas máscaras de proteção, escondendo os seus rostos, os seus sorrisos. Os alunos estão saudosos, com vontade de ver as professoras e funcionários da escola. A falta da escola se faz presente hoje. A escola é uma forma do indivíduo se socializar, se conhecer, se reinventar, se questionar, se libertar. A educação é liberdade de pensar, de refletir criticamente sobre diversos assuntos cotidianos. Por isso, o professor deve se fazer presente na vida dos sujeitos, proporcionando um canal de comunicação entre o saber e a vida, na relação entre a teoria e a prática.

É preciso essa relação mútua e afetiva entre professor-aluno, para que a educação se estabeleça, se consolide. Adentrando no psicopedagogo, que atua diretamente na causa do problema, na dificuldade de aprendizagem, ampliando a visão de mundo do sujeito. O psicopedagogo atua nas três grandes áreas no indivíduo, a social, a cognitiva e a afetiva. Estas três áreas necessitam de atenção e cuidado neste momento. Entre milhares de mortes, vidas e histórias sendo perdidas, a esperança é a pesquisa, o ensino, o conhecimento científico. A educação salva vidas! A Educação é humanitária, é democrática, é libertadora.

Frente a isso, durante a produção deste trabalho, foi possível observar e analisar a evolução e contexto histórico e cultural para objetivar a construção da Psicopedagogia no Brasil. Os quatro capítulos foram pensados e desenvolvidos com muito cuidado e atenção, adentrando na história da Psicopedagogia, na criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia, nos processos legais e jurídicos da luta para a regulamentação da profissão do psicopedagogo. Entender e analisar por meio da pesquisa bibliográfica, documental e empírica foi importante para o amadurecimento das ideias, dialogando com os autores da base de dados online. Fez-se presente, ao longo da pesquisa, o entendimento da importância da atuação do psicopedagogo na sociedade, mostrando o seu papel, espaço, tensões e perspectivas.

O psicopedagogo promove por meio de conhecimentos teóricos e práticos, diversas intervenções na vida do indivíduo, motivando-o e encorajando-o sempre, mostrando que todos possuem capacidade de aprender e ensinar. O psicopedagogo possui um olhar atento e humano frente às dificuldades de aprendizagem. Por isso, é essencial que o psicopedagogo atue na sociedade, auxiliando crianças, jovens e adolescentes no processo de leitura e escrita, de interpretação de texto, da aprendizagem em geral, ajudando no desenvolvimento e afloramento de saberes que o ajudarão em sua vida.

Dessa forma, é preciso que o psicopedagogo atue e dialogue diretamente na vida do aluno, auxiliando a família e a escola na condução de métodos que ajudem o aluno a superar dificuldades de aprendizagem. É essencial haver o diálogo com a escola, a família e aluno, conhecendo a sua realidade e interagindo nos ambientes de convívio dele. O psicopedagogo tem a função de analisar e compreender a história de vida de cada indivíduo, ajudando a superar dificuldades de aprendizagem e estabelecer vínculos afetivos.

Com a conclusão desta pesquisa, é notório observar a necessidade de um psicopedagogo atualmente. Contribuindo para a diminuição do número de alunos que se encontram com dificuldades de aprendizagem, que estão deixando de participar das aulas online da escola em que está matriculado, sentindo-se desmotivados e frustrados. O psicopedagogo auxilia neste desenvolvimento da aprendizagem na vida do indivíduo, proporcionando diálogos mútuos e reflexivos acerca da realidade. Instigando conhecimentos acerca da aprendizagem humana, permitindo que o sujeito se desenvolva nos aspectos afetivos, sociais, morais e cognitivos.

Dessa maneira, a produção desta pesquisa foi importante para entender e compreender este profissional, seu espaço, seu campo de atuação e sua realidade. Mostrando os aspectos legais, adentrando no processo de regulamentação em curso, especialmente no Poder Legislativo. As entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para compreender o psicopedagogo, a sua rotina, o seu trabalho. Reconhecendo-o como um profissional presente e capacitado para atuar no processo de aprendizagem humana, auxiliando indivíduos com dificuldades de aprendizagem. Enfatizar o papel acadêmico, científico e social do psicopedagogo, permite ampliar a curiosidade de se compreender mais profundamente este profissional, observando-o subjetivamente, a sua realidade e as experiências que ele lida. O delinear desta pesquisa trouxe-me um olhar crítico e reflexivo frente a necessidade de atuação do psicopedagogo no contexto escolar, ajudando e orientando professores, famílias, escolas e o próprio aluno na diminuição da dificuldade de aprendizagem, presente na realidade de muitos indivíduos.

Portanto, como pesquisadora, me formando em Pedagogia, vejo a necessidade latente de observar as causas das dificuldades de aprendizagem escolar num contexto amplo, não se limitando somente ao aluno. Pois muitas vezes, a causa do problema pode estar na escola ou na família. Por isso, é essencial conhecer a realidade de cada ser que educamos, compreendendo sua maneira de pensar, de refletir, de aprender e ensinar. Os alunos nos ensinam a todo momento, são indivíduos com diversas vivências e experiências únicas que os constituem como são. Nessas experiências vão se atribuindo os conhecimentos próprios conforme vão se constituindo. A escola possibilita este olhar reflexivo, instigando questionamentos acerca da

realidade, permitindo que aluno associe conhecimentos do cotidiano com os saberes teóricos ensinados pelo professor. O professor é uma das fontes de saber ou de mediação do saber na vida do aluno, por isso deve atuar por meio de questionamentos, instrumentos que possibilitem ao indivíduo se apropriar dos diferentes saberes. A escola é um espaço de diálogos reflexivos e entendimento sobre o mundo, sobre a vida dos sujeitos, dentro da práxis educativa. A escola é um lugar de liberdade de pensamentos, de refletir ideias críticas, de ampliar a formação em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Elza Karina Oliveira dos; DIAS, Juliana Rocha Adelino. Psicopedagogia: sua história, origem e campo de atuação. **Revista REVELA**, Praia Grande, n. 18, jul. 2015. Disponível em: http://fals.com.br/novofals/revela/ed18/elza_anjos.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.
- ARAUJO, Paula Fernandes Côrrea de. A Psicopedagogia seria uma possibilidade para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem?. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 11., 2014, Região Sudeste. **Anais eletrônicos [...]**. Sudeste: 11º ed., 2014. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/05/paula-fernandes-corr3aaa-de-araujo-norinc3aas-panicacci-bahia.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. ABPp: “Aprender é para todos!”, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Código de ética do psicopedagogo. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/Codigo-de-Etica-do-Psicopedagogo-2019.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil. São Paulo, outubro de 2013. Disponível em: <https://abppbahia.com.br/documentos-e-referencias/diretrizes-da-formacao-de-psicopedagogos-no-brasil>. Acesso em: 6 abr. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. ABPp Bahia. **Psicopedagogia: do surgimento à contemporaneidade**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://abppbahia.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Psicopedagogia-%E2%80%93-do-surgimento-%C3%A0-contemporaneidade-Salvador-mar%C3%A7o-2019.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- BARROSO, Roberta Santana *et al.*. A atuação psicopedagógica no processo de ensino-aprendizagem. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS, 11., 2019, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Revista Philologus, 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/73supl/02.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BERNARD Charlot: Existe o fracasso escolar?. Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP, São Paulo, 30 jun. 2011. 1 vídeo (13 min e 35 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1HUJQlduYzk>. Acesso em: 31 mar. 2021. (Youtube)
- BRANDÃO, Gorette. Senadores aprovam regulamentação da profissão de psicopedagogo. **Agência Senado**, Brasília, 5 fev. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/05/senadores-aprovam-regulamentacao-da-profissao-de-psicopedagogo>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação básica 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do trabalho e do Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Portaria ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002. Brasília: MTE, SPPE, 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.124, de 15 de maio de 1997. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, p. 14031-14034, 15 maio 1997. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27MAI1997.pdf#page=37>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.512, de 4 de junho de 2008. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 jun. 2008. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01nyx7la6ue4yryq1ukuedxjrn174859.node0?codteor=572660&filename=PL+3512/2008. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 31, de 14 de abril de 2010 (nº 3.512/2008, na Casa de origem, da deputada Professora Raquel Teixeira). Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, Brasília, 14 abr. 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4378260&ts=1594031608979&disposition=inline>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 7646, de 3 de junho de 2014. Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 3 jun. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617936>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8225, de 10 de dezembro de 2014. Acrescente-se o inciso VIII ao artigo 24 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=834335>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 209, de 4 de fevereiro de 2015. Institui o atendimento psicopedagógico na Educação básica. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 fev. 2015. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=834335>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRUM, Franciélin Teixeira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Espaços psicopedagógicos na escola: legitimados ou urgentes?. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 31, n. 95, p. 109-118, 11 jun. 2014. Disponível em:

<https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v31n95a04.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO. UNIFIEO: Psicopedagogia, c2021. Página inicial: cursos graduação. Disponível em: <http://www.unifieo.br/index.php/cursos/graduacao/15-psicopedagogia>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicopedagogia. Brasília, fevereiro de 2014. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/psicopedagogia/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

DELABETHA, Andiará; DA COSTA, Gisele Maria Tonin. Psicopedagogia e suas áreas de atuação. **Revista de educação do IDEAU**, Getúlio Vargas, v. 9, n. 20, jul./dez. 2014.

Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/122289fb97b7bca15f85f182c90fc578230_1.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

DIAS, Andrea Vanessa da Costa Aguiar. A Psicopedagogia e seu campo de atuação.

WebArtigos, [S. l.: s. n.], out. 2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-psicopedagogia-e-seu-campo-de-atuacao/146662>. Acesso em: 22 mar. 2021

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas?. In: GIL, Antonio Carlos (org.). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-56.

GIL, Antonio Carlos. Delineamento da pesquisa. In: GIL, Antonio Carlos (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 49-59.

GONÇALVES, Júlia Eugênia. A Regulamentação da Profissão em Psicopedagogia. **Revista Científica APRENDER**, Minas Gerais, 7ª ed., jun. 2019. Disponível em:

<http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=171>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga (org.). **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986, p. 25-44.

MASINI, Elcie F. Salzano. Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, p. 248-259, 12 set. 2006. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a09.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. Trabalho de campo: contexto de observação. Interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 61-77.

NOFFS, Neide de Aquino. A formação e regulamentação das atividades em Psicopedagogia. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 110-120, 12 abr. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n100/13.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

POTTKER, Caroline Andrea; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Professor-psicopedagogo: o que este profissional faz na escola. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 219-227, 6 mar. 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182735>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v18n2/1413-8557-pee-18-02-0219.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PSICOPEDAGOGIA. *In*: GUIA DA CARREIRA: profissão. [Brasil, BR: Guia da Carreira, 2021]. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/profissao/psicopedagogia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RODRIGUES, Allisson; CHECHIA, Valéria Aparecida. Fracasso escolar e processo de ensino e aprendizagem. **Psicologia: Saberes & Práticas**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 29-36, 2017. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/11122017213806.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SASS, Odair. Problemas da educação: o caso da psicopedagogia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1363-1373, dez. 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000400013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021.

SILVA, Jordan Linder; LORENZINI, Vanir Peixer. A Psicopedagogia e o processo de formação de uma profissão ainda não regulamentada: o que dizem as pesquisas?. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba: PUCPR, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27078_13162.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOARES, Matheus; SENA, Clério Cezar Batista. **A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar**. [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74460590/126-130624014932-phppapp01.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução nº 55, de 30 de junho de 2010 (Processo nº. 23074.012960/10-45). Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicopedagogia, modalidade Bacharelado, do Centro de Educação, Campus I, e dá outras providências. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Paraíba, 30 jun. 2010. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202014907344eb21446901855f75c9dfc/Resoluo_N55_2010PSICOPEDAGOGIA.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Meu nome é **Julia Ferreira da Cunha**, sou a pesquisadora responsável pela entrevista, sendo a mesma utilizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG). O título da pesquisa em andamento é **O psicopedagogo na escola: espaço, papel, tensões e perspectivas**. Trata-se de uma pesquisa que objetiva **compreender o papel e espaço do psicopedagogo na escola, bem como as tensões e perspectivas em torno deste profissional e desta profissão**. Com o intuito de compreender esta percepção e chegar a este resultado, será feito uma análise crítico-reflexiva visando entender a percepção deste profissional que atua em escolas, buscando, por fim, examinar as questões e práticas atinentes ao fracasso e a evasão escolar, especialmente ligada às dificuldades de aprendizagem. A presente pesquisa está sob a **orientação do Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira (FE/UFG)**. Espera-se obter, ainda, com esta pesquisa, as percepções e os posicionamentos dos entrevistados quanto à regulamentação da Psicopedagogia e quanto ao locus de exercício pleno da profissão, tendo por base o entendimento da realidade e as experiências dos psicopedagogos nas escolas.

Após receber os esclarecimentos e as informações dadas acima, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, responda este e-mail dizendo que **concorda em dar a entrevista**.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Julia Ferreira da Cunha, no celular: (62) 98424-8050 ou do orientador responsável, Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira, no telefone (62) 9611 0079.

APÊNDICE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



PESQUISA: O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA: ESPAÇO, PAPEL, TENSÕES E PERSPECTIVAS

PESQUISADORA: Graduanda Julia Ferreira da Cunha

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

A Psicopedagogia e o psicopedagogo na escola

Olá,

Antes de começar, gostaria de agradecer por seu aceite em participar e contribuir com esta pesquisa.

A mesma será utilizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II, sendo as informações prestada sigilosas e seus dados mantidos em anonimato.

A presente pesquisa é uma iniciativa da graduanda **Julia Ferreira da Cunha**, da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma pesquisa que objetiva **compreender o papel e espaço do Psicopedagogo na escola, bem como as tensões e perspectivas em torno deste profissional e desta profissão**. Com o intuito de compreender esta percepção e chegar a este resultado, será feito uma análise crítico-reflexiva visando entender a percepção deste profissional que atua em escolas, buscando, por fim, examinar as questões e práticas atinentes ao fracasso e a evasão escolar, especialmente ligada às dificuldades de aprendizagem.

Espera-se obter, ainda, com esta pesquisa, as percepções e os posicionamentos dos entrevistados quanto à regulamentação da Psicopedagogia e quanto ao *locus* de exercício pleno da profissão, tendo por base o entendimento da realidade e as experiências dos Psicopedagogos nas escolas.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:
A Psicopedagogia e o psicopedagogo na escola⁶**

1. Você atua como professora na rede de ensino pública ou privada? A quanto tempo leciona? E qual sua formação? Você é filiada a alguma entidade da área? Qual?
2. Como despertou o seu interesse pelo curso de pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia?*
3. Na sua opinião, como e porque surgiu a psicopedagogia?
4. O que fazem os psicopedagogos atualmente?
5. Existem alguns documentos ou textos legais que você destacaria como mais importantes para entender a profissão do psicopedagogo?
6. Quais as maiores tensões e dificuldades para que o psicopedagogo possa exercer sua profissão atualmente?
7. A profissão do psicopedagogo tem regulamentação? Qual? Se não tem, você acredita que a regulamentação da Psicopedagogia é necessária? Por que?
8. Se você pudesse regulamentar a profissão, o que faria?
9. Como você imagina que será essa área (psicopedagogia) e essa profissão (psicopedagogo) no futuro?
10. Para você, qual é o papel social do psicopedagogo nas escolas?
11. Como a prática psicopedagógica pode contribuir de forma positiva no contexto escolar?*
12. Quais recursos da Psicopedagogia você mais utiliza no ambiente pedagógico? Como utiliza?
13. O professor psicopedagogo, com os conhecimentos psicopedagógicos, tem mais facilidade para lidar com dificuldades de aprendizagem? Por que?*
14. Quais instrumentos são utilizados para identificar alunos com dificuldades de leitura e escrita?*
15. “Os conhecimentos psicopedagógicos lhe deram um olhar diferenciado para com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem? Por que?*

⁶ Estas perguntas, identificadas com o asterisco, tiveram por base o trabalho de Araujo (2014).

ANEXO I – PROJETO DE LEI Nº 3512 DE 2008

ANEXO I PROJETO DE LEI Nº 3512 DE 2008 Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira
“Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia”
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É livre, em todo o território nacional, o exercício da atividade de Psicopedagogia, observadas as disposições desta Lei.
Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País:
I – os portadores de diploma em curso de graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente;
II – os portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas e carga horária de 80% na especialidade.
III – os portadores de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta Lei.
Art. 3º É assegurado aos atuais ocupantes de cargos ou funções de Psicopedagogo, em órgãos ou instituições públicas, o direito de continuar no exercício de suas respectivas atividades.
Art. 4º São atividades e atribuições da Psicopedagogia sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições pelos profissionais da saúde da educação habilitado:
I – intervenção psicopedagógica, visando a solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou privado ou outras instituições onde haja a sistematização do processo de aprendizagem na forma da lei;
II – utilização de métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem;
III – consultoria e assessoria psicopedagógicas, objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de aprendizagem;
IV – apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais;
VI – supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos de Psicopedagogia;
VI – orientação, coordenação e supervisão de cursos de Psicopedagogia;
VII – direção de serviços de Psicopedagogia em estabelecimentos públicos ou privados;
VIII – projeção, direção ou realização de pesquisas psicopedagógicas.
Art. 5º Para o exercício da atividade de Psicopedagogia é obrigatória a inscrição do profissional junto ao órgão competente.
Parágrafo único. São requisitos para a inscrição:
I – a satisfação das exigências de habilitação profissional previstas nesta Lei;
II – ausência de impedimentos legais para o exercício de qualquer profissão;
III – inexistência de conduta desabonadora no âmbito educacional.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
FONTE: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0E8CB6B7C879DCA243192D4F28285456.node1?codteor=575405&filename=Avulso+-PL+3512/2008
EMENDA Nº 01 Deputada GORETE PEREIRA - Relatora
Acrescente-se o seguinte art. 5º ao projeto, renumerando-se os demais: "Art. 5º O psicopedagogo tem o dever de manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade. § 1º As informações obtidas em virtude do exercício profissional podem ser compartilhadas com outros profissionais envolvidos no atendimento do cliente, desde que também estejam sujeitos a sigilo profissional. § 2º A inobservância do presente artigo configura infração disciplinar grave." Sala da Comissão, em 4 de dezembro de 2008.
FONTE: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=397FE59DB22FD716791D42BD2F02BE58.proposicoesWeb2?codteor=575405&filename=Avulso+-PL+3512/2008